

RELATÓRIO
Colóquio Nacional sobre
Redes de Atenção às Crianças,
aos Adolescentes e às Famílias
em Situação de Violência Sexual

Brasília, 26 a 27 de novembro de 2003

Secretaria Internacional do Trabalho - Brasil
Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Copyright © Organização Internacional do Trabalho (2004)

1ª edição (2004)

As designações empregadas nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer País ou território citado ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas e produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho, e o fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

As publicações da OIT podem ser obtidas nas principais livrarias ou no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, 70800-400, tel.: (61) 2106-4600, ou no *International Labour Office*, CH-1211. *Geneva* 22, Suíça. Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente nos endereços acima, ou por e-mail: bravendas@oitbrasil.org.br

Visite nossa página na Internet: www.oit.org/brasil

Coordenação Técnica: Joselene Vieira dos Santos e Federico Marcon

Sistematização: Maria Aparecida Pereira Martin

Degração: Lilia Giorgi Ferreira

Projeto Gráfico e Diagramação: Interagência Comunicação

Revisão de Textos: Giselly Siqueira

Impresso no Brasil

Sumário

MDSF	7
OIT	9
POMMAR/USAID	10
COMITÊ NACIONAL	12
Justificativa	13
Objetivos	16
Abertura	18
Desenvolvimento do Colóquio	21
Centros e Serviços de Referência Sentinela: Limitações e Possibilidades de uma Proposta	22
Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso e Exploração Sexual no Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PAIF)	24
Relatos de Experiências	26
1 - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR)	27
2A - Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai	33
2B - Programa Sentinela de Atenção Integral para Crianças e Adolescentes em Situação de Exploração Sexual Comercial em Foz do Iguaçu	38
3 - Goiânia/Goiás - Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência	41
4 - Santos/São Paulo - Espaço Meninas e Programa Sentinela de Santos	45
5 - Manaus/Região Norte - Programa Sentinela	51
6 - Feira de Santana/Bahia - Programa Sentinela	53
7 - Governador Valadares/Minas Gerais - Programa Sentinela	55
8 - Uruguaiana/Rio Grande do Sul - Programa Sentinela	58
9 - São Vicente/São Paulo - Projeto Camara	60
10 - Muaná - Marajó/Pará - Programa Sentinela	62
Oficinas Temáticas	64
Resultado das Oficinas	66
Considerações Finais	79
Encerramento	81
Anexos	83
1- Avaliação Descritiva do Programa Sentinela	84
2- Perfil dos Participantes	89

A implantação do **Programa Sentinela** a partir de 2001¹, pela Secretaria de Estado de Assistência Social, na época vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, foi uma resposta ao eixo estratégico “atendimento” do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil, aprovado em Natal-RN, em junho/2000. O Plano prevê um conjunto de ações articuladas que possibilitam a intervenção técnico-política e financeira no fenômeno da violência sexual e, entre outros objetivos, se propõe a “garantir a proteção integral e a prioridade absoluta às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual”.

O processo de acompanhamento e monitoramento do Plano Nacional que vem sendo realizado pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes conta com a participação de organizações governamentais e da sociedade civil. No biênio 2002/2004, a coordenação geral do Comitê Nacional cabe ao Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria-DF), tendo, em sua vice-coordenação, o **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social. O Comitê Nacional, com o apoio técnico e financeiro do MDSCF, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do POMMAR/USAID, assumiu a organização do Colóquio Nacional sobre Redes de Atenção, como parte do processo de avaliação da implantação das ações de atendimento às crianças, aos adolescentes e às famílias em situação de violência sexual e, em especial, do Programa Sentinela.

O processo de avaliação do Programa acontece no contexto de um novo governo, eleito para o período de 2003/2006, que, logo no início, definiu como uma de suas prioridades o Combate à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Para tanto, constituiu a Comissão Intersetorial de enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, com a finalidade de articular as ações de governo, e garantiu a continuidade de todas as ações de enfrentamento à violência sexual em curso. Ao mesmo tempo, implementou processos de avaliação, para, se necessário, fazer de forma articulada e com a participação dos estados e municípios, o redesenho das ações relacionadas ao enfrentamento da violência sexual.

É importante salientar que as reflexões e discussões sobre as Redes de Atenção para atendimento às crianças, aos adolescentes e famílias em situa-

¹ *Implantado pela Portaria nº 878, de 03 de dezembro de 2001, que estabelece diretrizes e normas do Programa e dá outras providências.*

ção de violência sexual estão acontecendo na perspectiva das novas diretrizes para a Assistência Social e da implantação do Sistema Único de Assistência Social, deliberado na IV Conferência Nacional de Assistência Social (dezembro/2003), coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Portanto, a publicação que ora apresentamos é fruto do processo de avaliação iniciado em centenas de municípios que contam com o Programa Sentinela e em praticamente todos os estados, através dos seminários, encontros e ciclos de debates que antecederam a realização do Colóquio. A publicação é também subsidiada pela resposta ao Questionário de Avaliação do Programa Sentinela, respondido pela maioria dos municípios.

A metodologia desse evento consistiu em painéis gerais para problematização das principais questões do Programa, no relato das experiências exitosas de atendimento, nas diversas regiões brasileiras e em oficinas temáticas para pequenos grupos. Com base nas reflexões e discussões realizadas, apresentamos um conjunto de diretrizes, marcos norteadores, fluxos de atendimento, dificuldades encontradas e indicativos para o processo de construção das Redes de Atenção para crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual e, em especial, para avaliação dos Centros e Serviços especializados Sentinelas, nos municípios onde estão sendo implementados.

A **OIT** é uma das agências especializadas do Sistema das Nações Unidas que tem como objetivo promover a justiça social com ênfase na promoção do trabalho decente. Fundada em 1919, a OIT possui uma estrutura tripartite, composta de representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores. No Brasil, a OIT tem mantido representação desde 1950, com programas e atividades que refletem os objetivos da Organização ao longo de sua história.

Dentre estes programas, destaca-se o **Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)**. O IPEC foi abrigado pelo Brasil em 1992, no mesmo ano de sua implementação em escala mundial. Durante estes 12 anos no Brasil, o Programa teve o mérito de introduzir a erradicação do trabalho infantil na agenda das políticas nacionais e de promover programas concretos por meio de mobilização e pressão de diversos atores nacionais e agências internacionais. Foram executados mais de 100 programas de ação financiados pela OIT nos mais diversos setores, tais como trabalho infantil doméstico e exploração sexual infanto-juvenil.

Quanto à exploração sexual infanto-juvenil, o IPEC vem desenvolvendo, desde 1997, ações em parceria com o governo, organizações de empregadores e de trabalhadores e organizações não-governamentais para retirar meninas e meninos das redes de tráfico e exploração sexual e oferecer meios de reabilitação e integração na comunidade e de apoio as suas famílias. Essas ações têm abrangência nacional e buscam a sensibilização e mobilização da sociedade civil em relação ao tema e o fortalecimento da rede de atendimento às vítimas e suas famílias, estabelecendo uma metodologia integrada de intervenção jurídico-social.

Inúmeras já foram executadas em diversos estados, tais como: Paraíba, Mato Grosso do Sul, Bahia, Amazonas, Roraima, Acre, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão e Paraná. Nestes estados os meios de comunicação e a sociedade local foram mobilizados, bem como os atores das redes de atendimento foram capacitados, resultando em práticas mais qualificadas de identificação e reintegração das crianças e adolescentes em situação de exploração sexual.

POMMAR/USAID

PROGRAMA DE PREVENÇÃO ORIENTADA A MENINOS E MENINAS EM RISCO
AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

A **USAID**², por intermédio do Programa **POMMAR**³, implementado por *Partners of the Americas*, firmou um compromisso com o governo brasileiro para trabalhar em conjunto na estratégia de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Em parceria com organizações não-governamentais e outros organismos internacionais, foi elaborado um amplo conjunto de políticas, programas e serviços que está em contínuo processo de implementação.

A atuação da USAID na área de enfrentamento à violência sexual teve início em 1994, quando o programa POMMAR foi implantado. Desde então, a USAID vem apoiando técnica e financeiramente organizações da sociedade civil que desenvolvem metodologias referenciais de atendimento a meninas vítimas de abuso e exploração sexual. Relevante destacar também o trabalho de articulação e mobilização de instituições públicas e privadas para que as ações nessas áreas fossem consideradas prioritárias.

Entre as ações apoiadas destacam-se: participação da delegação brasileira nos Congressos Mundiais contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes de Estocolmo/Suécia (1996) e Yokohama/Japão (2001); o Seminário das Américas, que aconteceu em Brasília (1996) e o Encontro Nacional realizado em Natal-RN (2000), que resultou na elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.

No ano 2000, a equipe do POMMAR foi convidada a compor o grupo de especialistas que subsidiou o Governo Federal na definição de estratégias para atuação da Política Nacional de Assistência Social nessa área, dando origem ao Programa Sentinela. A partir de então, essa parceria tem sido extremamente profícua. Em 2002, em articulação com a USAID, foi elaborado o PAIR (Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro). O programa tem trabalhado o fortalecimento de redes locais nos municípios de Pacaraima

² A Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) é uma agência independente do Governo Federal dos Estados Unidos responsável pela implementação de programas de assistência econômica e humanitária em vários países. Com atuação em mais de 100 países, a USAID oferece assistência técnica a instituições locais, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas nações.

³ O Programa de Prevenção Orientada a Meninos e Meninas em Risco (POMMAR) é financiado pela USAID e implementado pela organização não-governamental *Partners of the Americas*, que atuou de 1994 a 2004 na área dos direitos da infância e da adolescência em estreita parceria com organizações governamentais e não-governamentais.

(RR), Manaus (AM), Rio Branco (AC), Corumbá (MS), São Paulo (SP), Feira de Santana (BA) e Campina Grande (PB).

A USAID também participou do processo da avaliação e redirecionamento das ações do Programa Sentinela, apoiando a realização do Colóquio Nacional sobre atenção às crianças, aos adolescentes e às famílias envolvidas com o evento da violência sexual, promovido em Brasília pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

As deliberações e recomendações decorrentes desse encontro são objeto do presente relatório. A partir desta publicação, será possível ampliar o acesso às informações produzidas no decorrer do evento aos municípios brasileiros que operam o programa, e ainda a todos que pretendem desenvolver ações nessa área.

Participar e compartilhar de iniciativas dessa natureza tem sido uma grande satisfação para a USAID no Brasil, na certeza de que estará sempre ao lado dos organismos formuladores, coordenadores e executores de políticas, programas e ações de proteção visando o resgate dos direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros.

COMITÊ NACIONAL

DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, uma instância de mobilização permanente para o monitoramento da implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, tem certeza que os resultados do Colóquio contribuirão ao esforço da articulação política e técnica entre os níveis municipal, estadual e nacional em uma aliança e parceria permanente dos poderes públicos e da sociedade civil.

Pensar nas diferentes maneiras de enfrentamento dessa problemática é um desafio constante que convoca Governo e sociedade para uma tarefa conjunta. É nessa perspectiva que o Programa Sentinela, conquista resultante da reivindicação do movimento social em defesa dos direitos da criança e do adolescente, vem cumprindo papel fundamental para revelação e intervenção no fenômeno da violência sexual a partir da realidade concreta de cada município.

Essa dimensão política e social do Programa Sentinela nos impõe a responsabilidade do cuidado permanente. Observar seu desenvolvimento e seu modo de gestão, monitorar suas ações, avaliar seus impactos e resultados é a garantia para sua consolidação. Corrigir caminhos, buscar outros atalhos, incorporar os acertos e experiências que fazem avançar é o que se espera apresentar com os resultados de tão ricas contribuições que foram oferecidas nesses dias de intenso trabalho.

O Comitê Nacional sente-se honrado com a parceria na realização desse Colóquio e espera assim estar dando cumprimento à sua missão principal de fortalecimento da rede nacional de enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Justificativa

As primeiras experiências de atendimento às crianças e adolescentes envolvidos com a violência sexual, apoiadas pelo Governo Federal, se deram no âmbito do Programa “Brasil Criança Cidadã” e do “Programa de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” (Procaexca) entre 1995 e 2000⁴. Neste mesmo período, foram desenvolvidas várias experiências importantes de atendimento em diversas regiões do País, por governos locais e organizações não-governamentais.

Para implementar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado em Natal-RN (junho/2000), especialmente dentro do eixo estratégico “atendimento”, a Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), agora Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, realizou no segundo semestre de 2000 uma “Consulta técnica à rede de órgãos e instituições que protagonizavam ações de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil”⁵, considerada bem sucedida. Dessa consulta nasceu a proposta de atendimento especializado, multiprofissional, interdisciplinar, numa perspectiva de construção de redes, com envolvimento a partir das crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual. Desta forma, foi criado o Programa Sentinela a partir do segundo semestre de 2000, para coordenar, no âmbito da assistência social, o processo de atendimento às crianças, aos adolescentes e às famílias envolvidas com o evento da violência sexual.

Após quase três anos do início do Programa Sentinela, foram implantados 336 Centros e Serviços de Referência em 315 municípios brasileiros. Com base nos dados do ano de 2002, os Centros e Serviços Sentinela, em

⁴ *Guia Operacional para Funcionamento dos Centros e Serviços de Referência do Programa Sentinela, 2002, p. 3*

⁵ *Idem op. cit., p. 3*

271 municípios de 22 estados da Federação, atenderam em torno de 15 mil crianças e adolescentes e mais de 12 mil familiares.

De acordo com o levantamento realizado nos municípios acima referidos, os Centros e Serviços Sentinela atenderam no mesmo período 4.019 crianças e adolescentes envolvidos com exploração sexual comercial e 3.103 familiares. Se, por um lado, conseguiu-se equacionar minimamente, do ponto de vista pedagógico e metodológico, o atendimento de famílias envolvidas com abuso sexual intra e extrafamiliar, a questão do atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de exploração sexual comercial continua posta como uma tarefa urgente a ser enfrentada.

Portanto, de forma prioritária e a partir de algumas experiências bem exitosas que vêm sendo desenvolvidas no País, é urgente repensar o modelo de atendimento no que diz respeito à aproximação social, atenção biopsicosocial e jurídica, sexualidade, legislação e geração de renda e emprego, entre outras questões. Significa também, neste momento, repensar o modelo de atendimento implantado e protagonizado pelos Centros e Serviços de Referência nas várias regiões do País:

- O Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na perspectiva de ter na família o lócus de toda a atenção na área da assistência social.
- Os resultados do *Colóquio Nacional sobre Sistema de Notificação*, realizado no mês de março/2003, que apontam, entre outros, a necessidade de reestruturação do fluxo das redes de atenção, com definição das organizações que são portas de entrada, de atendimento especializado, de retaguarda, etc.
- A necessidade de repactuar as responsabilidades e competências das três esferas de governo (União, Estados e Municípios), no que diz respeito, especialmente, ao atendimento das famílias envolvidas.
- A avaliação do impacto inicial do atendimento até agora oferecido pelos Centros e Serviços de Referência.
- A necessária implementação de redes de atenção com envolvimento de outros atores sociais do campo governamental e da sociedade civil.
- As relações até aqui estabelecidas com outros atores sociais (Conselhos Tutelares, Abrigos, Conselhos Municipais de Direito, Delegacias de Investigação de Crimes contra Crianças e Adolescentes, os sistemas de saúde e de educação, entre outros).
- As condições estruturais, materiais e humanas em que o atendimento ocorre.

- O grau de formação e qualificação dos profissionais envolvidos no processo de atendimento.
- A explicitação dos papéis da assistência social, da saúde, da educação e da área judicial no atendimento às crianças e adolescentes abusados e explorados sexualmente.

Esse processo de discussão/reflexão tem como ponto de partida os municípios e os estados que têm Centros e Serviços Sentinela implantados e deverá ser conduzido pelas coordenações locais e Estaduais do programa, comissões/comitês, fóruns municipais e Estaduais de enfrentamento da violência sexual.

Esse processo de avaliação/discussão culminou com a realização do *Colóquio Nacional sobre atenção às crianças, aos adolescentes e às famílias envolvidas com o evento da violência sexual*, no mês de novembro 2003, em Brasília, que apontou as diretrizes para o redesenho do Programa Sentinela.

O Colóquio foi organizado em conjunto com o Comitê Nacional de Enfrentamento e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com apoio dos ministérios da Saúde, da Educação, da Justiça e das Cidades, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e dos organismos de cooperação internacional, parceiros fundamentais no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, como o POMMAR/USAID e a OIT.



Objetivos

diretrizes

resultados

Objetivos
Objetivos

Objetivos

Objetivo Geral

Possibilitar um amplo processo de discussão sobre o Programa Sentinela no contexto da implementação das redes de atenção às crianças, aos adolescentes e às famílias envolvidas com o evento da violência sexual.

Objetivos Específicos

- Envolver as redes locais (municípios e estados) através dos órgãos gestores de assistência social e das organizações não-governamentais no processo de discussão sobre a implantação do Programa Sentinela.
- Realizar um levantamento inicial do impacto das ações no atendimento de crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência sexual.
- Discutir a relação dos Centros e Serviços com os demais atores sociais envolvidos na rede de atendimento.
- Repensar os modelos de atendimento que estão sendo implementados nas diversas regiões do País a partir de uma efetiva troca de experiências.
- Indicar as metodologias, as ações e os serviços mais apropriados para o atendimento de crianças e adolescentes envolvidos com a exploração sexual comercial.
- Buscar um maior envolvimento de outros setores/áreas (saúde, trabalho, educação, segurança pública, moradia, entre outros) no processo de discussão do atendimento às crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência sexual.

- Aprofundar a discussão sobre as responsabilidades e atribuições dos Municípios, Estados e União no que diz respeito à implantação e implementação das redes de atenção.
- Avaliar o atendimento às crianças e aos adolescentes no contexto da implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.
- Discutir a consolidação das redes de atenção na perspectiva da implementação da Política de Atendimento Integral à Família (PAIF) e dos Núcleos de Atendimento Integral à Família (NAIFs).
- Contribuir para o processo de construção de fluxos de atendimento envolvendo os diversos atores das redes de atenção.



Abertura

O Colóquio teve início com uma apresentação rápida de todos os participantes que falaram o nome, a entidade representada e a cidade de procedência. Em seguida houve a composição da mesa de abertura, com fala das autoridades presentes.

A primeira fala foi da Secretária de Política de Assistência Social, senhora Nelma de Azeredo, a qual disse que trabalhar com a assistência social é enfrentar dificuldades que permeiam o cotidiano profissional e pessoal. Agradeceu aos ministérios da Saúde, da Educação e da Justiça, à Secretaria Especial dos Direitos Humanos e aos organismos internacionais, parceiros fundamentais nesse processo, pois, sem eles, a construção coletiva, e também - olhando numa perspectiva pragmática - o financiamento estariam prejudicados. Cumprimentou também os estudiosos, pesquisadores, coordenadores, técnicos, especialmente a Gerência do Sentinela.

Enfatizou que os avanços do Programa Sentinela, nos três anos de implantação, reafirmaram sua importância para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e para o desenvolvimento da política de assistência, e disse acreditar que serão construídas estratégias capazes de trabalhar a questão da violência sexual, sobretudo o desafio que é a exploração sexual comercial. Desejou a todos dois dias muito profícuos de trabalho.

Em seguida, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, falou a Assessora Especial senhora Elizabeth Leitão, que cumprimentou a todos e informou que a Secretaria tem hoje a coordenação do disque-denúncia que funciona também como ouvidoria, tendo como objetivo a visão abrangente das denúncias de todo o País.

Disse que, além da denúncia, todas as ações, tanto do governo quanto da sociedade civil, devem convergir para a resolutividade das questões e que

o Colóquio é fundamental para a construção de uma política de atendimento com resolutividade.

A senhora Neide Castanha, Coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, cumprimentou a todos os participantes do evento e iniciou sua fala com duas lembranças importantes para este corte da defesa de direitos da criança e adolescente, que é a defesa contra qualquer tipo de violência sexual. A primeira é que 25 de novembro é o Dia Mundial de Combate à Violência contra a Mulher e 20 de novembro é o Dia Nacional da Consciência Negra, que é um marco na luta contra as discriminações raciais.

Agradeceu a todos os parceiros que propiciaram as construções concretas, tanto pragmáticas quanto políticas e técnicas, para a realização deste Colóquio, na pessoa de Joselino Santos – Gerente de Projetos Especiais. Apontou que, para o Comitê Nacional, esse momento é importante, porque, ao assumir essa parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Gerência do Programa Sentinela, coloca em efetividade os aspectos fundamentais da sua missão, ou seja, implementar o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Ressaltou que, pela capacidade técnica e política dos presentes, este Colóquio pode oferecer produtos que incidam efetivamente em políticas públicas e num novo desenho, coerente com a nova esperança que se põe na conjuntura atual brasileira.

Pelo Ministério da Justiça falou a senhora Claudia Dias, Assessora Especial da Secretaria Nacional de Justiça para a área de prevenção e combate à exploração sexual infanto-juvenil. Cumprimentou a todos, parabenizou pela realização do evento, disse do prazer de estar no Colóquio como representante do Ministério da Justiça, porque geralmente a Justiça é vista como um momento afastado, cheio de “data vênias”, o que dificulta o diálogo e a troca que são fundamentais.

Pontuou que é um momento muito profícuo para construir algo. A construção significa momentos de avaliação e de integração, é um desafio que precisa ser retomado diariamente e espera que todos possam construir pactos e ações que gerem enfrentamento à violência sexual. Finalizou sua fala com um apelo para que todos lutem contra a redução da idade penal, pois se isso acontecer impactará as crianças, meninos e meninas, que estão em situação de exploração sexual.

O representante da OIT, senhor Federico Marcon, cumprimentou a todos, disse que depois de toda a articulação política chegou o momento de discutir tecnicamente e apresentar resultados concretos: o governo tem que mostrar resultados, assim como a sociedade civil e os Organismos Internacionais.

Colocou quatro pontos que considera fundamentais para essa discussão e espera que possam ser analisados. A primeira é sobre o resultado do Programa Sentinela, que no ano passado atendeu 15 mil crianças em quase 300

municípios, uma média de 50 crianças por município e de uma criança por semana em cada município. Essa é uma primeira reflexão, que deve ser feita para ver como o Programa pode se tornar mais atuante e eficaz na busca ativa de casos, uma das maiores falhas da rede de proteção e atendimento da criança e adolescente.

A segunda é que o Programa Sentinela é um programa de atendimento, mas também tem uma responsabilidade muito grande na articulação política em nível nacional, estadual e municipal. Existem vários programas lançados pelo Governo Federal; portanto, deve ser feita uma reflexão mais profunda sobre como articular o Programa Sentinela com os demais programas.

Existem várias experiências exitosas em nível local, que demonstram que cada técnico do Programa Sentinela, cada funcionário, pode fazer uma articulação em nível local sem esperar que tudo isso aconteça em nível nacional, a exemplo do Projeto da OIT em Foz do Iguaçu, que tem um componente local muito forte.

O último ponto de discussão é a avaliação de impacto do Programa Sentinela. Os dados existentes do Programa Sentinela são do atendimento, que é a primeira fase para a reabilitação; dados sobre a outra fase, que é a reinserção das vítimas de violência e exploração sexual, ainda são inexistentes.

A representante da USAID, senhora Nena Lentini, cumprimentou a todos, explicou que a USAID é a agência de cooperação do governo norte-americano, e, desde 1994, trabalha na área de apoio a ações de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco.

A USAID completou quase 10 anos de investimento financeiro, humano e técnico, que tem produzido, no último ano, resultados além do esperado. Trabalha junto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome na construção e na implantação do Sentinela, pois têm um enfoque forte no eixo de atendimento do Plano Nacional.

Após essa fala, o cerimonial encerrou o momento de abertura, agradeceu à mesa, passou a palavra à senhora Rachel Niskier para iniciar o segundo momento do Colóquio.

Desenvolvimento do Colóquio

O SEGUNDO MOMENTO DO COLÓQUIO CONSISTIU NA FALA DO GERENTE DE PROJETOS ESPECIAIS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, PROFESSOR JOSELENO VIEIRA DOS SANTOS, SOBRE OS CENTROS E SERVIÇOS DE REFERÊNCIA SENTINELA, NA APRESENTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA E NO RELATO DE EXPERIÊNCIAS EXITOSAS, QUE SUBSIDIARÃO AS DISCUSSÕES NAS OFICINAS TEMÁTICAS PARA DEFINIR PROPOSTAS PARA O REDESENHO DO PROGRAMA SENTINELA

Centros e Serviços de Referência Sentinela: Limitações e Possibilidades de uma Proposta

.....

Professor Joseleno Vieira dos Santos

Gerente de Projetos Especiais
Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O Gerente de Projetos Especiais Joseleno Vieira dos Santos fez um breve histórico do processo de realização deste Colóquio, disse que desde sua assunção como Gerente de Projetos Especiais do Ministério, no mês de março de 2003, apontou a necessidade de discutir o redesenho do Sentinela. Essa discussão se daria através de um processo participativo com envolvimento dos municípios e das organizações que atuam na área, posto que este foi um compromisso assumido perante estas organizações. Recebeu total apoio do Ministério para empreender tal tarefa, portanto o Colóquio é parte integrante deste processo e não o produto final da avaliação, pois no primeiro semestre de 2004 acontecerão encontros regionais nos estados para socialização das discussões aqui efetivadas.

Ressaltou que o Colóquio Nacional sobre Redes de Atenção começou a ser organizado a partir da realização de Encontros e Seminários em 15 estados, envolvendo cerca de 85 municípios, para Avaliação dos Planos Municipais e Estaduais de Enfrentamento da Violência Sexual, durante o ano de 2003. Para avaliar os Centros e Serviços de Referência foi utilizado um questionário elaborado para tal fim.

Os resultados deste questionário reafirmam a urgência da redefinição do Programa Sentinela. Em relação à missão do Sentinela, a maioria respondeu que é fazer atendimento especializado; o trabalho em rede é colocado como grande dificuldade; a proposta de trabalhar com famílias acolhedoras não foi implementada; permanece o desafio do atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de exploração sexual comercial e do agressor; os municípios não se articulam em Fóruns, Comitês ou outras modalidades; a relação com Ministério Público, Conselhos Tutelares e Delegacias apresenta alguns problemas: em alguns municípios permanece a confusão de papéis, o Sentinela se coloca como a porta de entrada mais importante e divulgada, já em outros locais o próprio Conselho Tutelar deixa de fazer a sua atividade e repassa para o Sentinela.

Por outro lado, o Sentinela não é um patrimônio do Governo Federal, os marcos históricos da criação dos Centros e Serviços de Referência Especializados mostram seu enraizamento na luta da sociedade civil organizada: construção e aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Natal, em junho de 2000; ações e serviços de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual desenvolvidos dentro do Programa Brasil Criança Ci-

dadã (1999-2000); desenvolvimento do Projeto Cunhatã e Curumim, no Amazonas, que atendia crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, especialmente as mais vulneráveis à violência sexual; consulta técnica realizada pela Gerência de Combate a Violência Sexual da SEAS/MPAS às "...organizações que protagonizavam ações de enfrentamento à violência sexual...", especialmente no campo do atendimento psicossocial; as referências de atendimento possibilitadas por algumas experiências exitosas desenvolvidas pela Casa de Passagem (Recife-PE), Coletivo Mulher (Olinda-PE), Rede de Florianópolis-SC, Projeto Camara (São Vicente-SP), os CRAMI's de Campinas e São Bernardo-SP, CEDECA-BA e a Rede de Goiânia, entre outras.

Através de Portaria 878 de 03 de dezembro de 2001, foi constituído o Programa Sentinela, que se propunha desenvolver, no âmbito da Assistência Social, um conjunto articulado de ações especializadas e multiprofissionais para atendimento psicossocial e jurídico para crianças, adolescentes e famílias vítimas de violência sexual. A partir da definição de um conjunto de critérios para seleção e elegibilidade de municípios, o Programa passou a ser implantado: está presente atualmente em 315 municípios de 26 estados da Federação e atende anualmente em torno de 24 mil crianças e adolescentes e mais de 20 mil familiares.

Portanto, pela necessidade de avaliar o impacto e os resultados possibilitados pela implantação e implementação dos Centros e Serviços de Referência Especializados e Multiprofissionais de atendimento psicossocial, organizou-se o presente Colóquio para repensar o modelo de atendimento implantado e protagonizado pelos Centros e Serviços de Referência nas várias regiões do País.

Os painéis e oficinas temáticas foram desenvolvidos com a perspectiva de discussão das seguintes tarefas e desafios: discutir o modelo de atendimento especializado, multiprofissional psicossocial e jurídico em fase de implantação e pensar o seu redesenho; avaliar a resolubilidade e o sucesso no atendimento; tirar indicativos para implementação das Redes de Atenção no que se refere aos Sistemas de Notificação, de Atendimento e de Defesa e Responsabilização; definir o Fluxo da Atenção Primária, Secundária e Terciária; construir o atendimento na perspectiva da construção das políticas setoriais (assistência social, saúde, educação, justiça, segurança, esporte e cultura); priorizar a construção de princípios, diretrizes e metodologias que dêem conta, principalmente, do atendimento às situações de exploração sexual comercial e do atendimento às famílias (agressores ou não); buscar uma repactuação entre União, estados e municípios com vista às responsabilidades quanto ao financiamento e monitoramento das ações, serviços e à capacitação/formação continuada dos profissionais envolvidos; construção de uma agenda positiva que incorpore a discussão sobre a sexualidade da criança e do adolescente no processo de prevenção e enfrentamento da violência sexual.

Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso e Exploração Sexual no Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PAIF)

.....

Helena Ferreira
Gerente

A Gerente do Plano de Apoio Integral à Família manifestou a satisfação de estar presente no Colóquio e poder apresentar a estratégia do Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de implementar política nacional da assistência de forma consequente. Uma política que coloca a centralidade na família como eixo das ações da assistência social.

Ressaltou que focalizar a família é defendê-la como *locus* privilegiado de proteção às crianças e aos adolescentes. Mas, paradoxalmente, ela também é um *locus* de agressão para essas mesmas crianças e adolescentes. Constatase que é dentro do limite do ambiente familiar que existe a maior parte das agressões surgidas contra crianças e adolescentes e até mesmo adultos.

Para completar um pouco mais essa realidade, tem o agravamento pelo contexto da pobreza e exclusão social em que milhões de famílias brasileiras se encontram, o que se traduz em maiores agressões a crianças e adolescentes. No Brasil, estima-se, são 57 milhões de pessoas em situação de pobreza. Piorou o índice de desenvolvimento humano na última década. Agrava-se ainda mais a possibilidade de violência no seio da família.

O PAINF (Plano Nacional de Atendimento Integral à Família) é a estratégia do Governo Federal, através do Ministério, para implementar a política de assistência social como política pública garantidora de direitos de cidadania e promotora de desenvolvimento social, na perspectiva de prevenção e superação da exclusão social, tendo a família como unidade de atenção.

Os programas, projetos, serviços e benefícios são pensados de acordo com as necessidades das famílias mais vulneráveis deste País. O Governo Federal disponibiliza recursos para os municípios realizarem o atendimento a essas famílias, com o objetivo de promover o acesso à cidadania.

O PAIF será implementado através de dois eixos articulados: instalação, nos municípios, de Centros de Referência da assistência social e a ampliação e qualificação das redes locais de ações sócio-assistenciais, de acordo com as reais necessidades dos usuários.

Os Centros de Referência são equipamentos físicos onde funcionarão unidades descentralizadas da assistência social municipal, voltadas para o atendimento à população destinatária, tendo como base territorial as comunidades onde existe maior concentração de famílias vulneráveis. Cada Cen-

tro contará com uma equipe composta por profissionais selecionados pelos municípios, que, através de metodologias específicas do serviço social e da psicologia, intervirão sobre os múltiplos e heterogêneos fenômenos que caracterizam a condição de pobreza e exclusão, na perspectiva de superá-la.

O atendimento compreende nas seguintes atividades: cadastramento das famílias; identificação de necessidades; elaboração de planos de ação; encaminhamento para atendimento na rede; acompanhamento e avaliação de resultados; alimentação do sistema de informações; gestão da rede local, através do cadastramento de entidades prestadoras de serviços; identificação dos serviços oferecidos, suas potencialidades e deficiências; articulação e integração das ações; monitoramento dos serviços prestados às famílias.

Articulado a cada Centro deve existir um conjunto de programas, projetos e serviços - a rede básica local de ações sócio-assistenciais - voltados para o atendimento aos diversos membros das famílias e suas necessidades específicas: crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, portadores de deficiências. Esta rede será ampliada e qualificada com recursos do PAIF, o que pressupõe o desenvolvimento de um conjunto de ações articuladas e complementares pelas três esferas de governo. Aos municípios cabe definir a aplicação dos recursos, com base em diagnósticos locais refletidos em planos municipais compatíveis com as diretrizes gerais e as normas operacionais do programa.

É importante notar que o município define seu projeto de atendimento à família - isto é, onde, como e em que proporção o recurso será aplicado -, o justifica através de um diagnóstico social a sua realidade específica, e o encaminha para o MDS. Avaliada a pertinência do projeto, o recurso será repassado diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos municipais, desvinculado das restrições de metas, valores e objetos colocados pelos programas federais hoje existentes.

O PAIF é uma estratégia de governo para favorecer o acesso da população destinatária da assistência social aos direitos previstos nesta política pública. Como tal será implementado através de um processo contínuo que envolve uma série de ações específicas a serem desenvolvidas até 2007. Neste ano deverá ser atingida a meta proposta pelo MDS no Plano Plurianual do governo: atender, nos Centros de Referência articulados às redes de assistência social, instalados em todos os municípios, seis milhões de famílias brasileiras, cujas condições de existência as qualificam como em situação de miséria quase absoluta e completa exclusão social.

Relatos de

Experiências

PARA FOMENTAR O
PROCESSO DE DISCUSSÃO
SOBRE O PROGRAMA
SENTINELA, FORAM
RELATADAS DEZ
EXPERIÊNCIAS,
CONSIDERADAS EXITOSAS,
ADVINDAS DE TODAS AS
REGIÕES DO PAÍS.

1 - Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR)

.....

Antônio José Ângelo Motti

Coordenador da Área de Combate ao Tráfico para Fins de Exploração Sexual Comercial

O relator iniciou sua fala com ênfase na vinculação da gestão do Programa, apelidado de PAIR, na Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e no POMMAR/USAID-*Partners of the Americas*. A execução técnica conta, além dos já mencionados, com os ministérios da Saúde, da Justiça – Secretaria Nacional de Justiça – e da Educação.

Abrange os seguintes estados e municípios: Amazonas-Manaus; São Paulo-São Paulo; Roraima-Pacaraima; Acre-Rio Branco; Mato Grosso do Sul-Corumbá; Bahia-Feira de Santana e Paraíba-Campina Grande.

O objetivo geral do projeto é integrar políticas para a construção de uma agenda comum de trabalho entre governos, sociedade civil e organismos internacionais, com vistas ao desenvolvimento de ações de prevenção e atendimento a crianças e adolescentes vulneráveis, ou vítimas da exploração sexual e tráfico para esses fins.

Metas Estratégicas

- Desenvolver ações referenciais de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, de forma a estimular a reaplicação das experiências produzidas em outras regiões do País. Estas terão como modelo os Planos de Ação desenvolvidos em sete municípios, considerados estratégicos por sua posição geográfica e/ou pelos índices de violência sexual infanto-juvenil, tráfico de seres humanos e transmissão do HIV/AIDS.
- Criar e/ou fortalecer redes de prevenção, proteção e defesa jurídica para crianças e adolescentes vítimas da exploração sexual e tráfico.

Missões Institucionais

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: SENTINELA; PETI/Jornada Ampliada; Agente Jovem; PAIF/Programa com Família.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Articulação de outras agências de cooperação; Conselhos Tutelares; Escola de Conselhos (Capacitação).

Secretaria Nacional de Justiça - Ministério da Justiça: Ministério Público; Judiciário; Defensorias; Ações de Responsabilização.

Ministério da Educação: Bolsa Escolar; Acesso, Ingresso, Permanência e Sucesso (Escola Formal).

Ministério do Trabalho e Emprego: Programa Primeiro Emprego; Trabalho e Renda; Articulação com DRTs; MPT.

Ministério da Saúde: Programas e Serviços para saúde de adolescentes/jovens.

Governo Local: Articulação política e técnica; Integração dos programas e serviços.

POMMAR/USAID: Diagnóstico; Suporte Técnico; Sentinela; Grupo de Suporte Técnico/Fortalecimento; Metodologias de Atendimento Psicosocial e Jurídico.

Matriz Metodológica

A Matriz Metodológica do PAIR contempla todos os eixos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Análise da Situação

- Criar mecanismos de articulação institucional para o estabelecimento de projetos, estudos e análises que promovam estudos quantitativos e qualitativos da situação de violência sexual infanto-juvenil nas áreas abrangidas pelo PAIR.
- Conhecer e dimensionar os recursos orçamentários e financeiros relacionados ao enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil nas áreas abrangidas pelo Programa.
- Organizar sistemas articulados de informações locais sobre a situação infanto-juvenil, com ênfase na violência sexual, a exemplo do SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) e outros.

Mobilização e Articulação

- Desenvolver campanhas de mobilização dos diversos segmentos, notadamente a mídia, os setores produtivos e em especial aqueles que, comprovadamente, constituem fatores de risco à população infanto-juvenil, dado o envolvimento em situações ou esquemas de aliciamento e exploração sexual comercial.
- Fortalecer as Articulações Nacionais, Regionais e Locais de Combate à Violência Sexual Infanto-Juvenil, em especial os Conselhos, Fóruns, Comissões e Comitês, enquanto instâncias privilegiadas na formulação de políticas, programas e ações dirigidas ao atendimento e defesa de direitos de crianças e adolescentes.

Defesa e Responsabilização

- Implementar e dinamizar as ações das Instituições/Órgãos que constituem o Sistema de Garantia de Direitos, dotando-os de condições materiais e técnicas necessárias ao desempenho de suas funções.
- Fortalecer e potencializar a articulação entre os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.
- Promover mecanismos de exigibilidade dos direitos (defesa jurídica) às vítimas da violência sexual infanto-juvenil.
- Qualificar os Serviços de Perícia Técnica como forma de assegurar atendimento humanizado às crianças e aos adolescentes em situação de violência.

Atendimento e Prevenção

- Desenvolver ações sociais especializadas de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, com ênfase no abuso e exploração sexual e no tráfico para fins de exploração. Essas ações deverão proporcionar serviços que permitam construir, em um processo coletivo, a proteção social, a garantia de seus direitos fundamentais e o restabelecimento de seu direito à convivência familiar e comunitária, em condições dignas de vida.
- Proporcionar a inclusão social de crianças e adolescentes vítimas de violência, com ênfase no abuso e exploração sexual, e de suas famílias nas ações desenvolvidas por organizações governamentais e não-governamentais de atendimento e/ou defesa de direitos.
- Garantir a qualificação continuada dos profissionais envolvidos no atendimento jurídico e psicossocial às crianças e aos jovens sexualmente abusados e/ou exploradas.
- Capacitar os atores da Rede de Atendimento de defesa e responsabilização com conteúdos que versam o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), formação da Rede, Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Reprodutivos, bem como em metodologias específicas de cada área de atuação.
- Formação de educadores sociais.

Protagonismo Infanto-Juvenil

- Promover a participação pró-ativa dos segmentos jovens na construção e implementação dos Planos Operativos locais voltados ao enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil.
- Envolver as crianças e adolescentes com o Pacto do Município para o Enfrentamento da Violência Sexual.

- Promover a mudança de concepção das instituições que trabalham com jovens no sentido de assegurar o protagonismo infanto-juvenil.

Integração

O PAIR foi apresentado ao CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e ao Comitê Nacional, seus representantes do Programa incluídos na Comissão Interministerial e novas parcerias foram estabelecidos com os ministérios (MS, SNJ-MJ, MEC) e a OIT.

Organização

A organização do PAIR se dá tanto em âmbito nacional quanto em âmbito local e com responsabilidades compartilhadas.

Âmbito Nacional

Gestão Política Institucional: SEDH-PR; MDSF; USAID.

Gestão Técnica: SEDH-PR (articulação intra-governamental); MDSCF; POMMAR/USAID-Partners of the Americas (coordenação técnica); MS; SNJ; MEC.

Suporte Técnico: UFMS/Escola de Conselhos – Coord. Capacitação; CEDECA-BA – Coord. Assessoramento Técnico; Suporte Técnico – Capacitação e Assessoria: UFMS/Escola de Conselhos; CEDECA-BA; UCG-Aldeia Juvenil/GO; ASPPE-Santos/SP; Projeto Câmara-São Vicente/SP; IBISS/RJ; Fundação ORSA/SP; CECRIA/DF; Consultoria Juvenil (Sentinela-Recife); Consultoria Saúde e Educação.

Âmbito Local

Gestão Política: Secretaria Estadual; Conselho Estadual/Comissões e Fóruns; Secretaria Municipal; Conselho Municipal/Comissões e Fóruns; Conselho Tutelar; Programa Sentinela.

Gestão Técnica: Comissão Municipal; Secretaria Municipal; Secretaria Estadual; CMDCA; 18 Membros (Sociedade e Poder Público).

Fases e Etapas

- 1 - Organização do Processo de Gestão Nacional.
- 2 - Realização de Oficinas com Sentinelas e Tutelares:

- Diagnóstico primário
 - Construção de instrumentos de base primária de dados
 - Estabelecimento do Plano de Ação
- 3 - Apoio ao Colóquio Nacional sobre Sistema de Notificação:
- Definição de mecanismo para recebimento de denúncias
 - Definição de Porta de Entrada para Notificação
 - Constituição do Grupo de Suporte Técnico
- 4 - Construção de documento orientador para estabelecimento de Matriz Pedagógica para Ações Capacitadoras:
- Definição de bases para o suporte técnico ao desenvolvimento de metodologias
- 5 - Realização de Workshop Nacional: Crianças, Adolescentes e Famílias em Situação de Violência Sexual:
- Metodologias de atendimento psicossocial e apoio jurídico
- 6 - Articulações Institucionais:
- Mobilização das forças institucionais para a implantação do PAIR
 - Formação da Comissão ou Comitê de Gestão Política
- 7 - Realização do Diagnóstico Rápido e Participativo:
- 8 - Realização dos Seminários municipais para Construção dos Planos Operativos:
- Apresentação de dados disponíveis: PESTRAF e Diagnóstico Rápido e Participativo
- 9- Apresentação do PAIR:
- Objetivos e Diretrizes
 - Políticas Públicas e Programas
 - Trabalho em Rede
- 10 - Oficinas para Construção de Planos Operativos:
- Problematização
 - Definição dos objetivos estratégicos, atividades e responsáveis
 - Formação das Comissões Locais dos Planos Operativos Locais
- 11 - Diagnóstico Estrutural Sentinelas e Tutelares
- 12 - Sondagem Sobre Nível de Domínio do Tema
- 13 - Definição de matriz curricular

- 14 - Definição de plano de trabalho para assessoramento técnico *in loco*
- 15 - Promoção de eventos de capacitação presencial dos operadores dos serviços de atendimento, proteção, defesa e responsabilização
- 16 - Assinatura de pactos com a sociedade
- 17 - Assessoria técnica local
- 18 - Capacitação à distância
- 19 - Implantação e implementação de programas, ações e serviços
- 20 - Desenvolvimento de campanhas locais
- 21 - Oficinas de avaliação dos planos operativos
- 22 - Monitoramento

Ações em Andamento

Parceria da OIT no PAIR, incluindo recursos para:

- Integração do PAIR ao Programa Educar/USDOL (Departamento do Trabalho dos Estados Unidos)-Partners of the Americas.
- Campanha Nacional - Transportadores e Distribuidores de Combustível - Ação da PETROBAS em parceria com a SEDH.

Recursos complementares da USAID:

- Clipping, com a circulação das notícias.
- Criação de um site com chat exclusivo para orientação a distância, outros eventos de assessoramento e aperfeiçoamento técnico.
- Articulação para inclusão pelo Ministério dos Esportes - Programa Segundo Tempo/Municípios do PAIR.

Próximas Etapas

- Realização do Seminário Municipal para Construção do Plano Operativo na sétima cidade.
- Identificação/articulação parcerias técnicas locais.
- Definição das Redes Locais.
- Capacitação: Corumbá (dezembro/2003); Campina Grande (março/2004); Rio Branco (março/2004).
- Equipamentação do Sistema Garantia de Direitos.
- Realização de Assessoramento Técnico aos municípios de: Pacaraima; Manaus; Feira de Santana; Corumbá; Campina Grande e Rio Branco.
- Aprimoramento do Plano de Monitoramento e Avaliação do PAIR.

2A - Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai

Federico Marcon
Representante da OIT

Com financiamento do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, a OIT, através do IPEC (Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil), iniciou em setembro 2001 o **Programa de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes na Fronteira Brasil/Paraguai (Foz do Iguazu e Ciudad del Este)**.

Considerando o problema da tríplice fronteira, a partir de agosto/2002 foram incorporadas aos objetivos ações na Argentina, especificamente em Puerto Iguazú. Ao final do Programa (agosto/2004) esperam-se os seguintes resultados:

- Identificar lacunas nos sistemas legais existentes; incorporar recomendações para uma legislação mais apropriada à proteção de crianças e adolescentes sexualmente exploradas; estimular uma harmonização legislativa para que sejam tomadas medidas urgentes e relevantes pelas autoridades competentes de cada País. Quando o projeto começou, trabalhava-se na linha de harmonização legislativa, mas foi uma experiência que não se mostrou exitosa porque harmonizar as legislações de três países resultou ser muito complicado. Inclusive a OIT já escolheu outras estratégias, porque em vários projetos da OIT no mundo, que tinham o mesmo objetivo, esta harmonização não foi possível, porque muitas vezes trabalha-se em países com condições sócio-econômicas e culturais diferentes.
- Fortalecer instituições públicas, privadas, governamentais e não-governamentais na sua capacidade de formular e implementar esforços para a eliminação da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.
- Adotar políticas locais, nacionais e binacionais para a total eliminação da exploração sexual comercial infantil nas áreas de intervenção.
- Resgatar 1000 meninas, meninos e adolescentes atualmente explorados sexualmente para fins comerciais e lhes proporcionar apoio na área jurídica, de saúde, psicossocial, educacional e de capacitação vocacional.
- Oferecer a 400 famílias micro-créditos para capacitação em novas oportunidades de geração de renda.

Componentes Estratégicos do Programa

As estratégias do Programa estão em consonância com o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, abrangendo todos os eixos estratégicos de forma articulada e com ênfase na Tríplice Fronteira.

Investigações e Diagnósticos

Caracterização da população afetada (perfil, dimensões, causas, consequências, redes de exploração, etc.); análise da oferta institucional (pública e privada); estudo comparativo da legislação; proposta de harmonização legislativa (convenções e recomendações internacionais); disseminação de resultados.

Fortalecimento Institucional

Constituição de uma Comissão Trinacional (Brasil-Paraguai-Argentina); formação de um Comitê Interinstitucional em Ciudad del Este; formação de um Comitê Interinstitucional em Foz do Iguaçu; formação de um Comitê Interinstitucional em Puerto Iguazú; harmonização legislativa; formação de pessoal; capacitação (Ministérios, Conselhos de Direitos e Tutelares, Fórum, Vara da Infância, Ministério Público, Inspetores, Polícias, Prefeituras, Sindicatos, ONGs, etc.).

Mobilização e Sensibilização

Nível governamental; sociedade civil; Mercosul; empresários; sindicatos; formação de opinião pública favorável à erradicação; campanhas de sensibilização.

Intervenção direta com crianças e adolescentes

Instalação de dois Centros de Referência (Ciudad del Este e Foz do Iguaçu); atenção em aspectos legais (imigração, certidões, etc); atenção em saúde; inserção escolar e capacitação vocacional; alternativas de trabalho (formação profissional, desenvolvimento de habilidades, etc); ações de capacitação e geração de renda para famílias.

Inspeção e Monitoramento

Constituição de equipes multidisciplinares de monitoramento com representação dos Conselhos Tutelares, ministérios do Trabalho, da Justiça, das Relações Exteriores, da Educação e da Saúde, ONGs, etc; blitz; base de dados; informes regulares.

Sustentabilidade

Criação de instrumentos e mecanismos eficazes para eliminar e prevenir a exploração sexual comercial infantil nos dois países - definição de política; integração às políticas do Mercosul; Plano Nacional.

Com base nos estudos realizados, podemos afirmar que a exploração sexual na fronteira tem as seguintes características:

- A exploração sexual comercial infanto-juvenil é um fenômeno visível e crescente nas principais ruas das cidades que integram a tríplice fronteira e também ocorre em casas noturnas, bares, boates, prostíbulos, hotéis, etc.
- Os mapas traçados sobre os principais pontos onde se encontram crianças e adolescentes em situação de exploração indicam a área da Ponte da Amizade e as proximidades das Aduanas como focos de grande incidência.
- Envolve meninas, meninos e adolescentes entre os 8 a 18 anos de idade.
- 70% dos entrevistados residem com algum familiar.
- Para 100% a prostituição representa uma alternativa de gerar renda para si mesmos ou para a família.
- 80% informam consumir álcool e metade já consumiu alguma droga ilícita.
- Em Foz do Iguaçu 65% informa freqüentar a escola e em Ciudad del Este 88% a abandonaram.
- 85% informam que foram induzidos por amigos ou namorados.
- 60% combinam outro tipo de trabalho nas ruas com a prostituição.
- 80% informam que estariam dispostos a mudar de vida.
- A exploração sexual comercial infanto-juvenil guarda estreita relação com o tráfico de drogas e o crime organizado.
- Não foram encontradas evidências da aplicação de medidas punitivas aos exploradores/as.
- O problema afeta a todas as classes sociais em decorrência de padrões culturais e da existência de redes nacionais e internacionais dedicadas ao mercado sexual. Entretanto, os pobres são os mais vulneráveis.

Para fazer frente às redes de exploração sexual, um dos eixos estratégicos do Programa é a formação de Comitês locais, nacionais e de fronteiras, cada um com a responsabilidade de formular planos de ação em suas áreas de intervenção para prevenir e eliminar a exploração sexual comercial infanto-juvenil. O propósito é estabelecer acordos formais sobre os objetivos, resultados, atividades, prazos, recursos e compro-

missos de cada setor e respectivas organizações, na implementação de ações destinadas a:

- Proteger e restituir direitos de sobrevivência digna às crianças e aos adolescentes afetados pela exploração sexual comercial.
- Desarticular e sancionar grupos e pessoas responsáveis por essa forma de exploração.
- Reduzir os níveis de vulnerabilidade da população infanto-juvenil.
- Prevenir a incidência da exploração sexual infanto-juvenil.
- Manter uma permanente vigilância social e comunitária sobre as políticas, ações públicas e privadas, para a proteção e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

AÇÕES REALIZADAS

Sensibilização e mobilização

- Capacitações nas Escolas (Ciudad del Este e Foz do Iguaçu).
- Capacitação do setor jurídico e policial (em andamento).
- Mobilização do dia 12 de Junho na Ponte da Amizade – 1.500 pessoas entre adolescentes, profissionais e autoridades das três cidades fronteiriças.

Campanhas de Comunicação

Em Foz do Iguaçu a campanha está sendo direcionada para os segmentos: Turismo/Hotelaria, Transportes, Mídia, Educação, Policiais. A mensagem principal é “Diga não à Exploração Sexual Comercial de Crianças e de Adolescentes – Rede de Combate à Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil”. A campanha foi lançada no dia 18 de maio e conta com a adesão de 235 entidades representativas de Foz do Iguaçu e Paraná. Foram produzidos vídeos, spots de rádio, guias, cartazes e folders, com inserção na mídia local, estadual e nacional.

O objetivo é que cada segmento, a partir da assinatura do Termo de Adesão, tome iniciativas dentro de seu próprio setor para o combate à Exploração Sexual Comercial Infantil (ESCI). Exemplificando:

- Secretaria Estadual de Turismo – Código de Conduta para o setor de turismo e de hotelaria.
- Itaipu Binacional – Campanha binacional abrangendo a violência sexual contra crianças e adolescentes. A ênfase será o Disque-Denúncia para situações de abuso e exploração sexual e a campanha será

direcionada para o setor transporte-turismo e o fortalecimento da rede de proteção. Serão produzidos vídeos, spots de rádio, cartazes, outdoors.

Atenção Direta

Em Foz do Iguaçu foi realizado o estudo da oferta institucional no município, que apontou a existência de várias iniciativas, tanto governamentais quanto não-governamentais, voltadas para a criança e para o adolescente; o trabalho do projeto foi articular estes programas para adaptá-los à realidade específica da exploração sexual comercial.

2B - Programa Sentinela de Atenção Integral para Crianças e Adolescentes em Situação de Exploração Sexual Comercial em Foz do Iguaçu

.....

Neuza Vulczak

Coordenadora do Programa Sentinela

As estratégias desse Programa são concretizadas através de ações da rede local e do fortalecimento das estruturas existentes.

Trata-se de um modelo baseado na Doutrina de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, enfatizado no ECA.

O Programa operacionaliza-se através de três Centros de Referência:

CR I - Sentinela 24h: abordagem de rua, diagnóstico, atenção jurídica, encaminhamentos; Disque-Denúncia; acolhimento emergencial; atendimento familiar; central banco de dados; sala legal.

CR II - Atenção em saúde integral.

CR III - Apoio educacional e psicossocial: oferece atividades artístico-pedagógico-terapêuticas para trabalhar a auto-estima, o corpo e os sentimentos das crianças e dos adolescentes; sala "Vivendo e Aprendendo" – ensino formal; SOS Família – atendimento familiar; terapia familiar; capacitação/profissionalização; ações de geração de renda; unidade móvel – trabalho de prevenção nas áreas de risco com o protagonismo juvenil.

Abrangência do Programa

300 crianças e adolescentes (220 meninas e 80 meninos), 600 crianças irmãs de crianças e de adolescentes sexualmente exploradas (prevenção), 200 famílias através de ações de geração de renda.

Inspeção e Monitoramento

Capacitações para o setor jurídico policial; forças-tarefa; atuação em conjunto com o Conselho Tutelar, Delegacia da Mulher, Ministério do Trabalho, Polícia Federal, em regiões de risco (ruas, boates, estação aduaneira).

Inquéritos instaurados na Delegacia da Mulher – no período de fevereiro de 2003 até julho 2003

- Estupro (Art. 213 Código Penal) – 11 casos
- Corrupção de menores (Art. 218) – 02 casos

- Atentado violento ao pudor (Art. 214) – 10 casos
- Rufianismo ou casa de prostituição (Art. 229/230) – 09 casos
- Sedução (Art. 217) – 02 casos

Dados do Disque-Denúncia, janeiro-julho 2003

Tipos de Denúncia	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	TOTAL
Abuso Sexual	4	-	-	2	2	3	-	11
Exploração Sexual	9	5	4	7	4	2	3	34
Aliciamento	2	2	-	-	-	-	-	4
Situação de Risco	-	-	-	4	4	4	3	15
Fuga de casa	-	-	-	3	1	1	-	5
Maus-tratos	-	-	-	4	2	-	-	6
Total	15	7	4	20	13	10	6	75

Conselho Tutelar, janeiro-maio 2003

Casos Atendidos	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	TOTAL
Assédio - abuso sexual	4	9	7	3	7	30
Exploração sexual - situação de risco	13	11	12	3	4	43
Total	17	20	19	6	11	73

Procedimentos do Ministério Público

2 procedimentos investigativos instaurados para averiguar casos de exploração sexual encaminhados para o Disque-Denúncia.

Ações Penais

2 autos em andamento nas Varas Criminais de Foz do Iguaçu.

Número de Blitz

2 blitz integradas (Delegacia da Mulher, Ministério do Trabalho, Conselho Tutelar, Polícia Federal) em saunas, casas de massagem, zonas do baixo meretrício e estação aduaneira; 2 blitz (Delegacia da Mulher, Conselho Tutelar e Guarda Municipal) em estação aduaneira e área de risco; 8 forças-tarefa.

Alternativas de Sustentabilidade

Articulação para que o programa seja assumido como política pública no âmbito municipal. O Programa de Atenção Integral já foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e o pelo Conselho Municipal de Assistência Social e, no momento, está ocorrendo uma articulação por intermédio do Comitê Local para incluí-lo no orçamento das diversas esferas governamentais.

3 - Goiânia/Goiás

Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência

.....

Maria Aparecida Alves
Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia

O conceito de rede se refere a uma articulação política entre atores iguais e/ou instituições, não hierárquica, que se fundamenta nos seguintes princípios: reconhecimento (que o outro existe e é importante), colaboração, cooperação (compartilhar saberes, ações e poderes) e associação (compartilhar objetivos e projetos).

As redes, conformadas por laços institucionais ou também por relações interpessoais, têm um papel importante na elaboração da agenda, no processo de decisão e na prática da ação pública.

A Rede de Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, no município de Goiânia, foi criada no ano de 2000. É fruto da articulação feita pelo Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil e pelo Fórum Goiano de Mulheres, com as instituições/órgãos ligados às áreas de saúde, assistência social e educação.

Atualmente a Rede é integrada por mais de 30 organizações governamentais e não-governamentais de Goiânia e do estado de Goiás e a sua Coordenação é vinculada ao

Fórum Goiano de Mulheres,

Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil e

Secretaria Municipal de Saúde.

Seu público alvo são mulheres, crianças e adolescentes de qualquer idade, que se encontrem em situação de violência. A capacitação da Rede é realizada pelas entidades: Grupo Transas do Corpo – AESS; Grupo de Mulheres Negras Malunga; SOGEP; CUT – MULHER; Casa Água Viva – SMS; CEPAJ – UCG e MNMMR – GO.

Objetivos

- Promover a articulação dos atores sociais, governamentais e não-governamentais, envolvidos na elaboração de estratégias de enfrentamento do fenômeno.
- Capacitar profissionais para o atendimento especializado das pessoas em situação de violência seja de ordem física, psicológica ou sexual.
- Ampliar e implantar serviços nessa área.

- Otimizar recursos humanos e materiais na construção de um modelo de atendimento para outras cidades do estado de Goiás e do Brasil.

Direitos de quem sofre violência

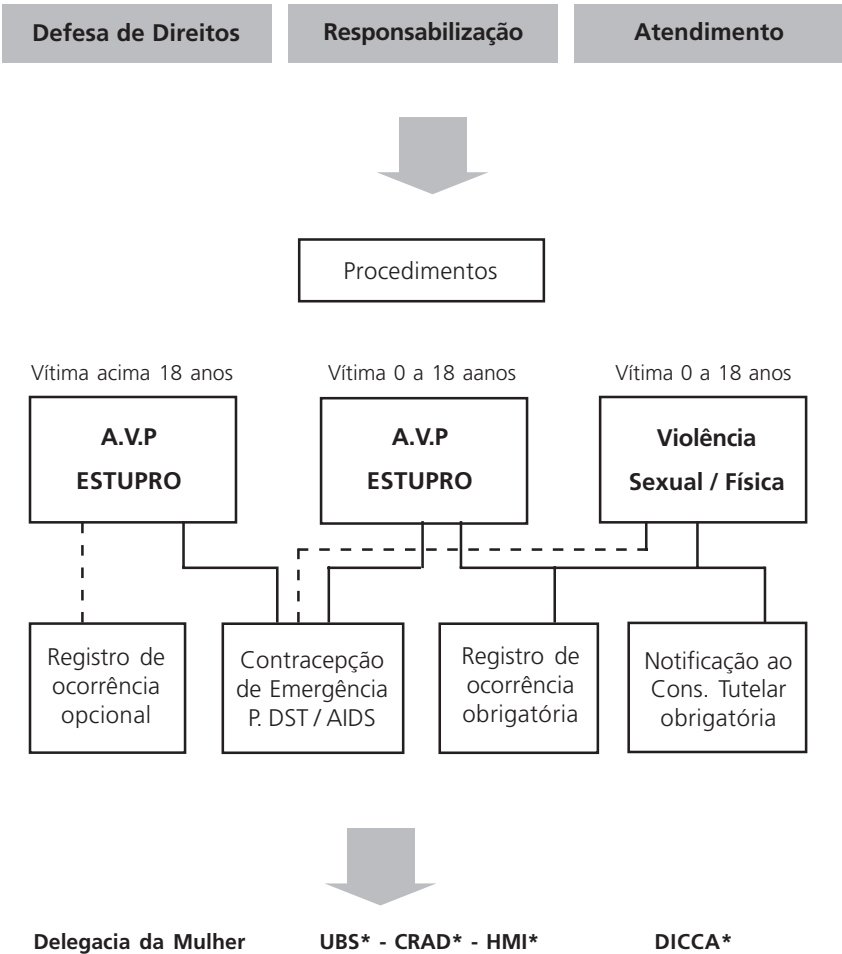
- Registro de ocorrência policial; inquérito policial; exame pericial junto ao IML (Instituto Médico Legal).
- Assistência médica gratuita com indicação de contracepção de emergência para evitar a gravidez indesejada.
- Exames para diagnóstico das Doenças Sexualmente Transmissíveis, Hepatites e HIV.
- Aborto legal em caso de gravidez decorrente do estupro (Código Penal, Art. 128).

Fluxo da Rede de Atendimento a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência

Através de uma seqüência de discussões foi elaborado um protocolo comum, para que na porta de entrada contemple-se tanto a punição do agressor, quanto a intervenção clínica de prevenção ou contracepção da gravidez e de desenvolvimento de AIDS pela aplicação de medicamento retroviral.

Defesa de Direitos	Responsabilização	Atendimentos
Conselhos Tutelares Conselhos de Direitos CONEM Assessoria Especial da Mulher MNMMR Ministério Público	DICCA Delegacia da Mulher IML Varas Criminais Juizado da Infância e Juventude Delegacia de Polícia	S.U.S (emergências, ambulatórios e rede hospitalar) Escolas Área Social ONGs

Portas de entrada - primeiro atendimento, por onde chegam as vítimas



UBS - Unidades Básicas de Saúde/S.M.S

CRAD - Centro de Referência e Apoio Diagnóstico/S.M.S

HMI - Hospital Materno Infantil/S.E.S

DICCA - Delegacia de Investigação de Crimes contra Crianças e Adolescentes

M I - Hospital Materno Infantil/S.E.S

Atendimento - como e onde podem ser atendidos

Saúde Geral		
Unidades Básicas de Saúde	Cais Ciams	Hospital
Saúde Mental		
Sentinela	Água Viva / SMS	Necasa
CEPAJ / UCG	CIMP	NAPS
Suspeita Gravidez		
U.B.S / S.M.S Hospital Materno Infantil	Centro Social Dona Gercina Borges Teixeira - OVG	Maternidade Nascir Cidadão / S.M.S (somente da região noroeste)
Assistência Social		
NUEC C.E.A.C.A	S.O.S. criança S.O.S. criança desaparecida	Casa das flores
Acompanhamento Jurídico		
CONEM Assessoria da Mulher	Prog. Saber Legal P.M.G	Defensora dos Direitos Humanos - Conselho Tutelar
Responsabilização Criminal		
DICCA Delegacias Gerais Delegacia Mulher	Ministério Público	Juizado Infância e Juventude Varas Especializadas

Pontos de estrangulamento da rede

- Aspecto epidemiológico da violência física, porque a incidência é muito grande e o risco de óbito é grande.
- Atendimento ao agressor.
- Assessoramento jurídico.

4 - Santos/São Paulo

Espaço Meninas e Programa Sentinela de Santos

.....

Maurício Rebouças
Coordenador

A Seção de Atenção a Criança e Adolescente Vítima de Exploração Sexual – Espaço Meninas é gerenciado pela SEAC (Secretaria Municipal de Ação Comunitária e Cidadania), responsável pela execução da política de Assistência Social no município de Santos, que, desde 1993, desenvolve ações de enfrentamento contra a exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Em março do 1993, foi implantado o Projeto Meninas de Santos, a partir de uma análise situacional realizada por profissionais da rede de atenção à criança e ao adolescente em situação de risco social da SEAC, com apoio financeiro e político do UNICEF e do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O objetivo principal era a mudança efetiva da condição de vida das crianças e adolescentes vítimas da “exploração”.

Em 20 de outubro de 1997, o Projeto Meninas de Santos torna-se Projeto Espaço Meninas concretizando os anseios da administração pública em transformar a unidade social como referência para o enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil. No mês de maio de 2001, foi implantado o Programa Sentinela, em parceria com a organização não-governamental ASPPE (Associação Santista de Pesquisa Prevenção e Educação), logo incorporado ao Espaço Meninas. Estabeleceu-se duas frentes de intervenção para o enfrentamento da violência sexual: exploração sexual, que era desencadeado pelo Espaço Meninas, e abuso sexual infanto-juvenil, atendido pelo Programa Sentinela. A articulação dos projetos resultou no estabelecimento de um Centro de Referência único para o desenvolvimento de ações no enfrentamento do abuso sexual e da exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Objetivos

- Propiciar o atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência, abuso e exploração, na busca do fortalecimento da sua auto-estima e de alternativas de vida, que lhes permitam construir um processo coletivo, que garanta seus direitos de cidadania com dignidade e respeito. Suas ações são referenciadas no “Plano Nacional, Estadual, Regional e Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil”, com os seguintes eixos estratégicos: Atendimento, Prevenção, Articulação e Mobilização, Análise da Situação, Defesa e Responsabilização, Protagonismo Infanto-Juvenil. A concepção desses eixos se baseia numa relação vertical/horizontal e na definição de princípios metodológicos.

- Fortalecer a integração da rede de atenção dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de violência sexual, articulando e mobilizando as áreas de Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança Pública, Justiça, Cultura, Lazer e Esporte, além dos Conselhos e Comissões municipais.

Metodologia de Trabalho

O Programa atende crianças, adolescentes e familiares vitimados pelo abuso e exploração sexual com faixa etária de 0 a 18 anos, funciona 24 horas de 2ª às 6ª feiras. A sede, no período noturno, sábados, domingos e feriados funciona em regime de plantão a distância. A equipe é multiprofissional, composta por três assistentes sociais, três psicólogos, quatro educadores sociais, um coordenador e demais profissionais da área administrativa e serviços gerais.

São realizados atendimentos individuais às crianças, adolescentes e familiares, desenvolvem-se também diversas atividades em grupo, oficinas terapêuticas e ocupacionais, através de instrumentais psicopedagógicos, recursos audiovisuais, jogos e dinâmicas. A avaliação é mensal, aborda os aspectos qualitativos e quantitativos.

No período noturno, é realizado trabalho de campo para mapear os pontos de Exploração Sexual Comercial Infanto-Juvenil na cidade e contatar e atender crianças e adolescentes envolvidas no comércio do sexo.

Foi criado o Disque-Denúncia, que estabelece um canal direto com a comunidade para captar denúncias e informações sobre casos ou suspeitas de violência sexual, funciona 24 horas e garante o anonimato das pessoas.

Em relação à prevenção, são deflagradas campanhas educativas e ações nas escolas, ONG e unidades sociais que atendem crianças e adolescentes.

Atividades Desenvolvidas

- Grupo de sexualidade e cidadania: realizado semanalmente, discute temas relacionados à sexualidade e cidadania como corpo biológico e erótico, aparelhos reprodutores masculino e feminino, DST/AIDS, menstruação, virgindade, namoro, ECA e outros.
- Grupo de gestantes: realizado semanalmente, discute planejamento familiar, pré-natal, responsabilidade familiar, recursos da comunidade, métodos contraceptivos e outros.
- Grupo jovens mães: realizado semanalmente, discute e reflete o papel maternal e da família como provedor, a relação mãe e filho, os cuidados básicos com os filhos e outros.
- Grupo de expressão corporal: realizado quinzenalmente, visa reconstruir a relação das jovens com o seu corpo, através do fortalecimento da auto-estima e valorização pessoal.

- Grupo terapêutico: trabalha especificamente o abuso sexual, de acordo com a faixa etária.
- atendimentos individuais: a partir da triagem dos casos recebidos pelo Centro de Referência, são elaborados planos de atendimento personalizado e individual que determinam a natureza do atendimento (biopsicossocial e jurídico) e a frequência.
- Atendimento jurídico: direcionado para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, a responsabilização do agressor na esfera penal e as medidas protetivas cabíveis na esfera civil.
- atendimentos familiares: direcionados às famílias das crianças e adolescentes, através de atendimentos individuais e em grupos.
- Visitas domiciliares: estabelece contato com as crianças, adolescentes e a família, para conhecer a sua realidade, dinâmica familiar e estimular a sua participação no Programa.
- Grupos de ocupação e geração de renda: realizados semanalmente, desenvolvidos por voluntários e educadores e/ou monitores do Poder Público municipal.
- Oficinas desenvolvidas: artesanato; bordados – Projeto Vovô Sabe Tudo; pintura em tecido; pintura em tela.
- Encaminhamentos e acompanhamentos: para a rede de atendimento, defesa e responsabilização. Estes são monitorados continuamente pela equipe do Programa.
- Assembléias: realizadas mensalmente no Programa com a participação dos adolescentes atendidos e da equipe de trabalho.
- Prevenção na rede: palestras e oficinas para funcionários que compõem a rede da segurança pública (delegacias), da saúde, da educação, da assistência social e das ONGs.
- Prevenção na comunidade: grupos e reuniões com pais e oficinas educativas.
- Intervenções de campo: ocorrem semanalmente no período vespertino e noturno, proporciona à equipe conhecimento da realidade e do contexto em que as adolescentes são exploradas, além de contatar e promover assistência a outras jovens que não têm acesso ao Centro de Referência.
- Identificação de ações realizadas nas ruas com populações específicas (trabalhadoras do sexo, usuários de drogas, caminhoneiros e outros) para articular parcerias.
- Realização de censo de trabalhadoras do sexo e adolescentes em situação de exploração sexual, fazendo uso da metodologia “Sentinel Site” (Dra. Fúlvia Rosemberg).

- Mapeamento dos pontos de exploração sexual.
- Instrumentalização da equipe com técnicas para intervenção no campo (instrumentais de registro, material lúdico, arte educação, “cards da cidadania” e outros).
- Localização e identificação de crianças e adolescentes na rede para o estabelecimento progressivo de vínculos afetivos.
- Princípios de atendimento psicossocial no campo, compreendendo os limites de infra-estrutura, sigilo, ética e utilização de instrumentais adequados.
- Desenvolver grupos de orientação e reflexão com as adolescentes *in loco* (cortiços, quartos, praças, espaços comunitários e outros).
- Utilização de instrumentais para acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas.
- Realização de busca ativa no espaço familiar, comunitário e rua/campo a partir da descontinuidade nos atendimentos e ausência nas atividades (referência instrumental de acompanhamento).

Avanços

- Criação de um Disque-Denúncia anônimo, que estabeleceu um canal de comunicação com a comunidade, tornou-se referência no município para recepção de denúncias sobre situações de violência física, psicológica, sexual e negligência.
- Contratação de um advogado para o Programa para dar amplitude ao atendimento, o que facilitou a interlocução com os Conselhos Tutelares, delegacias e Justiça, sendo determinante para iniciar um processo de responsabilização dos agressores.
- Criação de um Plano de Atendimento Personalizado e Individual para cada caso atendido, que permite avaliar em equipe todos os avanços, progressos e desafios.
- Conhecimento dos pontos de exploração sexual comercial na cidade: dinâmica, atores sociais, sua complexidade e construção de vínculo com este universo.
- Criação de um *Card*, distribuído nas atividades de campo, que deixa uma referência lúdica com as jovens, para que as mesmas possam procurar o serviço em situação de extremo risco.
- Criação da Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Infante-Juvenil de Santos e construção do Plano Municipal de Enfrentamento.
- Participação de audiências públicas municipais para discutir a problemática da exploração sexual.

- Sensibilização do poder público/Secretaria Municipal de Saúde para a criação do PAIVAS (Programa de Atendimento Integral às Vítimas de Abuso Sexual), objetivo de profilaxia HIV/AIDS, contracepção de urgência e a realização de aborto legal.
- Elaboração, pela rede, de ficha de notificação universal para todos os serviços de atendimento nas situações de violência física, psicológica, sexual e de violência institucional, devendo ser encaminhada para Conselho Tutelar e Vigilância Epidemiológica.
- Reunião quinzenal de um grupo técnico, composto por diversas instituições (Saúde, Assistência Social, Educação, Conselho Tutelar e outros), para discutir propostas e encaminhamentos de casos que envolvem violência sexual.
- Visibilidade dos casos de abuso sexual e exploração sexual infanto-juvenil no município.
- Elaboração de instrumentais capazes de acompanhar e monitorar as ações e gerar dados qualitativos e quantitativos.
- Sensibilização da Delegacia da Mulher, que humanizou o atendimento e reduziu a revitimização das crianças, adolescentes e familiares.
- Responsabilização de agressores, que já cumprem penas.
- Construção de parceria com o Conselho Tutelar.
- Equipe multidisciplinar capacitada e especializada, com 14 técnicos (assistentes sociais, psicólogos, advogados e educadores).
- Garantia de processo de capacitação continuado e supervisão da equipe.
- Desenvolvimento de atividades de prevenção nas comunidades: rede da Educação, Assistência Social e Saúde e ONGs que atendem crianças e adolescentes.
- Articulação com sindicatos dos caminhoneiros e portuários para sensibilizar os profissionais, com enfoque na legislação e nos danos psicossociais decorrentes da violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Construção de materiais educativos de sensibilização da comunidade e de crianças e adolescentes.
- Criação e fortalecimento do Pacto São Paulo – Pólo Baixada Santista para o enfrentamento regional da violência sexual infanto-juvenil.
- Acompanhamento de 65 casos de abuso sexual e 41 casos de exploração sexual.
- Coordenação da CEVISS (Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil).

Dificuldades

- Articular e discutir no município a sustentabilidade do Programa Senti-nela quando os recursos federais se esgotarem.
- Falta de clareza das outras políticas sociais, principalmente nas áreas da saúde, educação, justiça e segurança pública, quanto a sua responsabilidade no enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil.
- O olhar e o enfoque da mídia em relação ao abuso e a exploração sexual ainda perpassa pelo sensacionalismo e pela superficialidade.
- Discutir com outros serviços e programas vinculados à saúde, educação, assistência social, segurança pública e outros, pois acreditam que a participação nos casos termina quando são identificados e encaminhados para o Programa.
- Articular e estabelecer uma relação de parceria para o enfrentamento da violência sexual com as instituições das áreas de defesa e responsabilização.
- Existe um juízo de valores sobre a prostituição que foi construída historicamente nesta sociedade judaica cristã, o preconceito e a discriminação incidem violentamente sobre esta prática humana.

Propostas

- Intervenções educativas junto aos caminhoneiros e trabalhadores portuários.
- Grupo com agressores.
- Capacitação com segurança pública.
- Material educativo em forma de história em quadrinhos.

5 - Manaus/Região Norte Programa Sentinela

.....

Jucirema de Souza C. Lobato
Psicóloga do Programa

Enfatizou que o Programa Sentinela nasceu na Região de acordo com o eixo de atendimento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes. São 49 Programas Sentinela na Região Norte, sendo: um no Acre; cinco no Amapá; nove no Amazonas; 13 no Pará; nove em Rondônia; três em Roraima e nove no Tocantins.

Existem alguns pontos e algumas observações do Programa Sentinela que diferenciam o Sentinela de Manaus dos outros municípios da Região Norte. Dentre eles, os critérios de escolha para implementação do Sentinela, que não obedeceram somente a critérios técnicos, mas atenderam também aos interesses político-partidários. Então há importantes municípios com alto risco de violência sexual contra crianças e adolescentes sem programas e outros que apresentam uma dimensão menos grave com o Programa implantado.

Em vários municípios do interior do estado há desvios de objetivo do Programa, atendem todo caso de violência contra crianças e adolescentes, tanto para responder às demandas do Programa quanto para esconder a falta de políticas municipais voltadas para a população infanto-juvenil.

Nas capitais o atendimento está mais voltado para as vítimas de abuso sexual intra-familiar do que para a exploração. Há muitas mudanças na composição das equipes do Sentinela, o que dificulta a continuidade e a própria qualidade do atendimento. O fato de serem contratadas pessoas sem a devida capacitação, não concursadas e com a possibilidade de mexer com a equipe por conveniência política, dificulta o trabalho.

Muitos gestores estaduais na Região Norte resumem sua atuação ainda nas questões burocráticas ao invés de desenvolver políticas de capacitação, atendimento e municipalização. Quase todos os programas funcionam exclusivamente com recursos federais, então os municípios não assumem responsabilidade desse serviço. O caso de Manaus é diferente, porque a Prefeitura assumiu o papel de auxiliar financeiro. Tem uma gestão ativa que auxilia e faz com que seja dada continuidade ao Programa Sentinela.

Ainda existem problemas de relacionamento entre as instituições da rede de atendimento e o Programa Sentinela. Há situações em que a Polícia e o Conselho Tutelar não encaminham os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes para o Programa; os Centros Sentinela não encaminham os casos para a Delegacia ou para o Conselho Tutelar; o Programa Sentinela não participa da discussão sobre a política municipal de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Na Região Norte existem poucos programas que conseguem abordar a vítima de exploração sexual, ou que garantem, além do apoio psicossocial, alguma forma de ajuda como o apoio jurídico. No caso de Manaus, é o único desta Região que tem apoio jurídico.

O Programa não é referendado pelos Conselhos municipais e também há muitas dúvidas sobre o atendimento especializado. Mas há também avanços na implementação do sistema.

Em Macapá, o Programa Sentinela procura desenvolver seu atendimento no protagonismo juvenil. Em Belém, a Delegacia Especializada e o Conselho Tutelar encaminham diretamente os casos para o Sentinela. O estado promove reuniões mensais com todos os 13 Sentinelas onde discute-se a articulação.

A situação do Programa Sentinela em Manaus encontra-se em um outro patamar, sem sugerir que se trata de uma situação ideal. Sabendo que há ocorrências que tiram a especificidade do atendimento para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, o Programa busca garantir o atendimento a todos os tipos de violência. Funciona com recursos municipais, suplementados pelos recursos federais, procura estratégias de abordar vítimas de exploração sexual e oferece apoio jurídico às vítimas. É dessa forma que o Programa Sentinela se diferencia dos demais programas da Região Norte.

Quanto à questão da exploração sexual, o PAIR atua na Região Norte em três municípios: Pacaraima, Rio Branco e Manaus. Esse Programa começou a ser articulado em Roraima depois da matéria da revista "Isto é" sobre a pesquisa de tráfico, com o Governo Federal, e iniciou a colaboração com o plano bilateral, que era entre a Venezuela e o Brasil, junto com a coordenação do Sentinela.

O Programa de Pacaraima envolveu toda a comunidade, desde a preparação, o seminário, as oficinas de capacitação até a gestão local do programa. No seminário foi elaborado o Plano do Enfrentamento da Violência Sexual no município, que não foge do plano bilateral elaborado antes da implantação do Plano de Enfrentamento. A comissão local responsável pelo Plano é composta de 16 pessoas de diversas entidades locais. O impacto é significativo, pois as pessoas da comunidade atuam e participam de acordo com as diretrizes do plano.

6 - Feira de Santana/Bahia

Programa Sentinela

.....

Luciana Lima F. Nascimento
Coordenadora

O Programa Sentinela de Feira de Santana realiza atendimento individual e em grupo de jovens e de suas famílias. Os encaminhamentos a outros serviços são efetuados junto às parcerias estabelecidas, que são fundamentais para o sucesso do enfrentamento da violência sexual no município.

A capacitação efetuada pelo PAIR mudou a visão dos profissionais, inclusive dos policiais que têm hoje uma postura diferenciada em relação às meninas, o que contribuiu para a melhoria do atendimento e fortalecimento das parcerias, apesar de não terem trabalho articulado em rede.

Uma das atividades realizadas foi o mapeamento dos pontos de exploração sexual, que identificou formas diferentes de violência sexual nos bairros e permitiu traçar ações de acordo com suas problemáticas específicas. O CEDECA-Bahia realiza o monitoramento e a capacitação permanente.

Foi criada a Comissão de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, formada por 21 membros, que tem representantes do estado, do município e outras representações estratégicas como a presidente da Associação dos Profissionais do Sexo. A criação da Comissão vai trazer uma grande mudança de atitudes por parte de todos.

Avanços

- Ter atendimento psicossocial especializado no município, sendo o único serviço desta natureza.
- Ter advogado na equipe.
- Dar visibilidade à questão da violência sexual, despertando a discussão no município.
- Realização do mapeamento da violência sexual, sistematização dos dados da violência.
- Boa relação com o Conselho Tutelar, trabalho em parceria.
- Maior discussão e divulgação do ECA.
- Possibilidade da mobilização: campanhas e dia 18 de maio.
- Modelo gerencial que possibilita e estimula a formação/qualificação continuada da equipe.
- Atendimento/busca integral das crianças e adolescentes.

- Reconhecer a necessidade do trabalho em rede.
- Desenvolver trabalho de parcerias, estimulando as articulações e negociações.
- Diminuição da sensação de impunidade dos crimes sexuais.
- Aumento do número de denúncias.
- Credibilidade e confiança do trabalho do Sentinela pelas famílias e comunidade.
- Direcionamento do trabalho e busca da qualificação do educador.
- Parceria com o sistema de Segurança Pública e Judiciário.

Sugestões

- Recomendar a criação de Promotorias, Defensorias, Delegacias e Varas Criminais especializadas em crimes contra criança e adolescentes.
- Promover amplo debate com o gestor municipal, sobre a assunção do Programa.
- Envolvimento da saúde no que se refere à notificação compulsória dos crimes contra crianças e adolescentes, com fundamento no ECA.
- Discutir a questão da família acolhedora e da bolsa para crianças e adolescentes explorados sexualmente.
- Incluir um advogado à equipe e ampliá-la.
- Capacitação continuada.
- Melhorar a comunicação interna/gerência nacional.
- Desenvolver parcerias com CEDECAs ou entidades congêneres para apoio técnico.
- Viabilização de projeto de geração de renda para as famílias de crianças e adolescentes vítimas de exploração.
- Assegurar/garantir o repasse de recursos no prazo determinado.
- Transformar o Programa Sentinela em ação continuada.
- Inserir o trabalho com Protagonismo no Programa – diretriz.
- Desenvolver um canal de comunicação entre os Sentinelas/troca de informações.
- Debate sobre a relação trabalhista da equipe com o Governo Federal e Municipal.

7 - Governador Valadares/Minas Gerais

Programa Sentinela

Vera Luci Oliveira
Coordenadora

O município de Governador Valadares situa-se ao leste do estado de Minas Gerais, aproximadamente a 315 km da capital Belo Horizonte. Possui uma população de 250 mil habitantes, dos quais 40% têm idade entre 0 a 19 anos. Ficou nacionalmente conhecida por ser a cidade que mais exporta mão-de-obra para os Estados Unidos.

O Programa Sentinela iniciou suas atividades em setembro de 2001 e, em dezembro do mesmo ano, foi aberto para atendimento ao público.

Objetivo

Atender crianças, adolescentes e familiares com histórico de violência doméstica e exploração sexual e também vítimas de violência física, psicológica e negligência.

Metodologia de Trabalho

A intervenção nos casos é fruto da reflexão e discussão de equipe multidisciplinar, com centralidade na família. O Programa tem como referencial para sua atuação o Plano Nacional e o Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Atua no eixo do atendimento e secundariamente nos eixos de responsabilização e de articulação/mobilização social. O trabalho se dá de forma integrada com os outros atores da rede de atendimento, defesa e responsabilização (Conselho Tutelar, Ministério Público, Vara da Infância e Juventude, Universidade e outras Secretarias municipais).

Atividades Desenvolvidas

No ano de 2001, o Programa funcionou apenas um mês, com atendimento a 15 crianças/adolescentes e 15 famílias. No ano de 2002 foram atendidos 231 crianças/adolescentes e 171 famílias e, em 2003, 120 crianças/adolescentes e 88 famílias. O total geral de atendimentos foi de 366 crianças/adolescentes e 274 famílias.

Em relação ao tipo de violência, no ano de 2001 foram atendidos nove casos de abuso sexual; um de exploração sexual; dois de violência física e três de negligência. No ano de 2002 foram 47 casos de abuso sexual; 36 de exploração sexual; 79 de violência física; 21 de violência psicológica e 48 de

negligência. No ano de 2003 foram 40 casos de abuso sexual; 13 de exploração sexual; 52 de violência física; três de violência psicológica e 12 de negligência.

A maior fonte de notificações neste período foram de Instituições como hospitais, escolas, postos de saúde e outros, num total de 149, seguida pelo Conselho Tutelar com 123 notificações, comunidade com 77, família 32 e criança/adolescente com nove.

As principais atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- Acolhimento de denúncias
- Visitas domiciliares e institucionais
- Entrevistas
- Atendimento em grupo de apoio psicossocial
- Encaminhamento e acompanhamento dos usuários para serviços disponíveis na rede
- Abrigamento emergencial por 24 horas
- Oferecimento de notícia-crime ao Ministério Público e à Polícia Civil
- Desenvolvimento de algumas atividades especiais como estratégia de aproximação – curso de cabeleireiro, dança de rua
- Participação em outras instâncias de defesa da criança/adolescente: Conselhos, Fóruns, etc.
- Realização de palestras em escolas e comunidades
- Desenvolvimento de campanhas
- Apoio e orientação a estudantes
- Constituição de Banco de Dados sobre a ocorrência da violência contra criança/adolescente no município
- Serviço de Família Acolhedora

Limites e Desafios

- Complexidade do problema
- Adesão dos adolescentes vítimas de exploração sexual
- Tratamento dos abusadores sexuais
- Insuficiência de serviços na rede
- Grande demanda
- Baixo nível sócio-econômico das famílias (mais de 50% apresenta renda mensal inferior a um salário mínimo)

- Um dos grandes desafios que o município tem a enfrentar é a implantação da Delegacia de Proteção a Criança e Adolescente (DPCA) e da rede integral de atendimento a vítimas de crimes sexuais

Avanços

- Maior visibilidade do fenômeno no município
- Aumento das notificações e conseqüentes processos de responsabilização
- Maior articulação entre os órgãos de proteção
- Maior capacitação de profissionais e multiplicadores
- Constituição de um Centro de Referência em dados e informações sobre a violência contra criança/adolescente

8 - Uruguaiana/Rio Grande do Sul

Programa Sentinela

.....

Carolina Machado
Coordenadora

O Programa Sentinela iniciou suas atividades em junho de 2002, no espaço físico do SOS Mulher, em parceria com a Prefeitura Municipal. Posteriormente, foi transferido para as salas um e dois nos altos do Mercado Público de Uruguaiana, ao lado do Conselho Tutelar.

Para a efetivação do trabalho, houve uma ampla divulgação na comunidade por meio da televisão, rádio, jornais e escolas. Foram realizados o 1º e 2º Seminários Municipal de Enfrentamento contra a Violência Infanto-Juvenil, que culminou com a constituição da Comissão Municipal contra Exploração Sexual. O Programa Sentinela participou também da 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O município possui uma rede de atendimento que possibilita a articulação necessária para a resolução dos casos: Delegacia de Polícia, Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, Centro de Orientação e Apoio Sorológico (COAS), Secretaria de Educação, Santa Casa de Caridade, Parceiros Voluntários, Brigada Militar, Sindicato dos Taxistas e Caminhoneiros, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Polícia Federal, Juizado da Infância e Juventude, Sest/Senat, Senac, Sesc e 10ª Coordenadoria Estadual de Educação.

Devido à localização da cidade, zona de fronteira, recebe-se um elevado índice de denúncias de abuso e exploração sexual infanto-juvenil, causado também pelas situações de violência, miséria e desemprego.

Metodologia de Trabalho

O primeiro passo do atendimento é a acolhida; a criança entra em contato com uma educadora social em uma sala lúdica, com o objetivo de lhe transmitir segurança e conquistar sua confiança para que possa ser trabalhada pela equipe.

É realizado atendimento psicossocial com os responsáveis pelas crianças, para obtenção de dados acerca dos casos e encaminhamento à rede de atendimento do município. Também, é disponibilizado atendimento jurídico às famílias, através do apoio de um advogado junto aos órgãos competentes.

O acompanhamento sistemático se ocorre pelo atendimento psicoterapêutico semanal e individual, com as crianças e/ou adolescentes vitimados e também através da grupoterapia. É desenvolvido também um trabalho com as famílias dessas crianças.

Atividades Realizadas

- Grupos de terapia: duas vezes na semana, coordenado pela psicóloga. Existem dois grupos formados com as adolescentes: "As Guerreiras do Sentinela", que visa proporcionar a integração e a cumplicidade das experiências vividas; "Mãe e Bebê", cujo objetivo é a aceitação e estruturação de todas as questões que englobam a gravidez.
- Terapia ocupacional para as adolescentes, através de oficinas coordenadas pelas educadoras sociais.
- Trabalho de grupo com a família (mães e/ou responsáveis), coordenado pela assistente social, proporciona troca de experiência sobre as problemáticas que atingem às famílias.
- Prevenção através de campanhas de esclarecimento sobre a Violência Sexual Infanto-Juvenil, divulgação na imprensa e participação em eventos na cidade.
- Projeto "Trabalhando com os Educadores", desenvolvido junto às escolas, com o objetivo de formar agentes multiplicadores sobre a questão da Violência Sexual Infanto-Juvenil.
- Levantamento dos dados sobre Violência Sexual Infanto-Juvenil no município. Perfil do abusador: idade entre 21 e 55 anos, desempregado, usuário de álcool e droga. Perfil do abusado: sexo feminino com idade entre 7 e 14 anos. A maioria dos abusos são intra-familiares.

Atendimentos Realizados

Ano	Prevenção	Viol. física psico	Viol. física	Viol. psico	Negli- gência	Assédio sexual	Abuso sexual	Explor sexual	Total
2002	50	5	6	2	17	3	14	-	97
2003	-	4	12	10	13	12	36	5	92

9 - São Vicente/São Paulo

Projeto Camara

.....

João Carlos Guilhermino da Franca
Coordenador

O senhor João, do Projeto Câmara, relatou que no início do trabalho o fluxo de atendimento existente era para a retirada das meninas que faziam programa na avenida principal da cidade, para serem encaminhadas ao Conselho Tutelar, que as levava para a família, mas as meninas acabavam retornando às ruas. O Conselho enviava ofício para o Juiz da Infância dizendo “esgotamos todos os recursos”. Então, a Vara da Infância as encaminhava, através de ofício, para procurar o Projeto, mas elas não iam.

A partir disto o Projeto iniciou o trabalho de busca ativa, mas não nas ruas, porque naquele momento não dava pra dividir o espaço da rua com a ação de repressão existente. Então, a primeira ação de busca ativa foi dentro do Fórum, por entenderem que este era o espaço onde podiam circular. No Fórum, ao invés das meninas receberem o papel para procurar o Projeto, o Projeto mesmo recebia um telefonema e ia procurar a menina no Fórum.

Com as primeiras vinculações o Projeto passou a dividir o espaço da rua, inclusive indo com as meninas, passando a conhecê-las e ser a conhecido. Foi a primeira estratégia.

Não havia financiamento para o Projeto e era uma ação bastante restrita. Em 1998, o Projeto participou do Projeto Brasil Criança Cidadã, iniciou o trabalho e levou o resultado para discussão em esfera nacional. O Plano Nacional de Combate da Violência Sexual e a estratégia de trabalho referenciaram para novos financiamentos, o que permitiu a estruturação de uma equipe de trabalho.

O financiamento diz respeito ao trabalho com a exploração sexual, medidas sócio-educativas, formação de jovens como empreendedores e a questão ambiental do município. Portanto, a gestão dos recursos está a serviço do coletivo: num primeiro momento era só de trabalhadores, em seguida de jovens que hoje é o coletivo mais forte.

A metodologia hoje contempla o acompanhamento psicossocial, ações específicas de discussão da sexualidade, enfrentamento da exploração sexual e a questão do ato infracional. O Projeto está constituído por um grupo grande de jovens envolvidos em várias ações, que dividem espaço de oficinas e realizam atividades culturais conjuntas.

Um dos avanços do Projeto foi com relação aos valores construídos pelo coletivo de jovens, pois aprenderam a “cuidar uns dos outros”. Quando

chegam novas meninas, encontram esse coletivo mais estruturado, com um olhar mais delicado e sensível.

O investimento prioritário neste momento é fortalecer as ações de articulação do Pacto São Paulo, que é um parceiro importante, e participar dessa rede não apenas em nível local, mais em âmbito maior. Os desafios postos são: sustentabilidade do coletivo; geração de renda; trabalhar com o explorador; fortalecer o trabalho com a família e com a rede de um modo geral.

10 - Muaná - Marajó/Pará

Programa Sentinela

.....

Kewin K. Pyles
Pedagoga

A Ilha do Marajó tem uma população de 25.528 habitantes, ocupa uma área de área de 3.782 km² e possui três distritos: São Francisco do Jararaca, Ponta Negra e Pracuúba. Seu nome significa, na língua indígena, “Semelhante à cobra”. Seu índice de Desenvolvimento Humano é de 0,479%, abaixo da média do Pará.

A base de sua economia é a pesca, extração de açaí e palmito, madeira e oleiro cerâmica, tem um potencial turístico agroambiental e aquicultura.

O Programa Sentinela foi implantado em junho de 2001, junto ao Projeto Municipal Nayara, que significa na linguagem indígena “os primeiros raios de sol”. Sua área de atuação abrange Muaná, Ponta Negra, Jararaca, Pracuúba e localidades vizinhas.

Atende atualmente 70 crianças e adolescentes, 155 familiares, com uma média de 3 pessoas atendidas por família.

São Francisco do Jararaca, Ponta Negra e Pracuúba são focos de exploração que envolvem tanto o turismo sexual quanto o trabalho infantil, pois são rotas obrigatórias de balsas e navios de grande porte.

Projetos Desenvolvidos

- Campanha Educativa de sensibilização ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil / 18 de maio
- Projeto 18 de Maio
- Campanha Educativa de Combate à Violência
- Campanha Educativa de Combate a Exploração Sexual e Turismo Sexual no Festival do Camarão – FESTCAM
- Circuito da Leitura
- Ciranda da Arte
- Teatro de rua – Grupo laça
- Nayara Pinta o 7

Projetos Almejados

- “Os Primeiros raios de sol” – programa de rádio permanente protagonizado por crianças e adolescentes com alcance na zona urbana e rural
- “Liceu de Artes Nayara” – espaço permanente para desenvolver atividades de arte, cultura e lazer
- Ampliar o “Circuito da Leitura” para zona rural do município
- Ampliar o “Ciranda da Arte” para zona rural do município
- Projeto “Desconstruindo a Violência”
- Projeto “Aprender a fazer juntos” – espaço de aprendizado profissionalizante para pais e filhos

Dificuldades e Limitações

- Dificuldade de deslocamento da equipe para zona rural devido as condições geográficas
- Fiscalização da Polícia Civil e Militar insipiente
- Fragilidade na fiscalização das capitânicas dos portos
- Mistificação cultural da situação de violência, tido como natural por alguns segmentos de proteção a infância e adolescência
- Demanda de atendimento superior às 50 metas previstas para o município
- Indefinição dos direitos trabalhistas dos técnicos do Programa
- Diferença salarial do educador (pedagogo) em detrimento ao salário do psicólogo e do assistente social
- Insuficiência de recursos financeiros

Oficinas Temáticas

As oficinas temáticas realizadas possibilitaram uma ampla discussão sobre o Programa Sentinela, no contexto da implementação das redes de atenção às crianças, aos adolescentes e às famílias envolvidas com o evento da violência sexual.

Foram 10 oficinas e em cada uma foram discutidos os princípios e marcos norteadores; Redes de Programas e Serviços/Fluxos de Atendimento; dificuldades/obstáculos e fatores facilitadores e recomendações para embasar o redesenho do Programa Sentinela. As temáticas foram:

- Oficina 1: Integração do sistema de notificação, atendimento, encaminhamento e acompanhamento dos casos de violência sexual infanto-juvenil e sua relação com o SIPIA (Sistema de Informações para a Infância e Adolescência).
- Oficina 2: Interfaces e integração nas atribuições e competências entre os Centros Sentinela e os Conselhos Tutelares.
- Oficina 3: Metodologia de atendimento psicossocial e jurídico – limites e possibilidades do atendimento às situações de violência sexual (intra-extra e exploração sexual comercial).
- Oficina 4: Problemática da compreensão da exploração sexual infanto-juvenil enquanto uma forma de exploração da mão-de-obra infantil.
- Oficina 5: Construção de indicadores e instrumentos de monitoramento e avaliação das ações de atendimento do Programa Sentinela.
- Oficina 6: Estratégias para operacionalização dos Planos Municipais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil.

- Oficina 7: Indicativos para construção do processo de capacitação/formação das redes de atenção às crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual.
- Oficina 8: Metodologias de atendimento as famílias envolvidas com violência sexual (vítimas e agressores).
- Oficina 9: Busca ativa.
- Oficina 10: Financiamento.



objetivos

metas

Resultado das Oficinas Resultado

Resultado das Oficinas

Princípios e Marcos Norteadores

- Garantir programas dentro de uma política de atendimento.
- Construir um conceito único de notificação para todos os segmentos.
- Criar várias “portas de entrada” para denúncias, no sistema de garantia de direitos.
- Papel do Conselho Tutelar é centralizar os registros e requisitar os serviços em todas as áreas do Executivo, para o atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes envolvidos com a violência sexual.
- Papel do Programa Sentinela: notificar o Conselho Tutelar, atender e acompanhar a criança e o adolescente em todas as etapas, informar o Conselho dos procedimentos adotados ou da falta de algum atendimento para que o Conselho possa requerer os serviços.
- Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes é fundamental para a implementação de políticas públicas na área da infância e da juventude, cuja referência metodológica pressupõe o trabalho em rede - palavra chave “Articulação”.
- Exige uma ação interdisciplinar e intersetorial.
- Fundamentos da rede: autonomia; compartilhar valores, objetivos e vontades; conectividade; participação; multiliderança; informação; descentralização; múltiplos níveis de operacionalização e dinamismo.
- Integração das políticas e ações já existentes.
- Potencialização de recursos e definições de atribuições e competências.

- Na origem do PETI, a exploração sexual foi considerada como uma das piores formas de trabalho infantil, porém, devido às especificidades da problemática, ficou fora do âmbito de atendimento do Programa. Nesse contexto surge o Programa Sentinela, que passou a contemplar a demanda da exploração sexual, porém, se especializou mais em abuso e outras formas de violência do que na exploração, assim, a maior parte dessa demanda continua sem ser atendida.
- Prostituição adulta e autônoma como um trabalho – visão emancipatória.
- Criança em situação de exploração sexual – eliminação da situação de exploração e trabalhar a prevenção e redução de danos.
- Trabalhar a prevenção e a redução de danos em todos os casos.
- A dinâmica relacional estabelecida em cada família não é uma determinação natural. Ela é construída a partir de sua história e de negociações cotidianas, que ocorrem internamente entre seus membros e externamente com o meio social, mais amplo, no qual está inserida.
- Família é um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas ou não por laços consangüíneos. Esse núcleo tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserida.
- Ter profissionais com capacidade de perceber a violência e estabelecer escuta empática com crianças e adolescentes.
- Sentinela é um programa de atendimento especializado dentro de uma política de enfrentamento.
- O foco da busca ativa é a criança e o adolescente e não o Programa Sentinela. É uma busca de caráter de formação de vínculo e de referência (acolhimento) em detrimento da busca repressiva (recolhimento). Deve ser uma presença ativa para criar referências ativas, nortear a ação, divergir do espaço transgressor, conviver sem ser conivente e interagir sem pactuar.
- Priorizar a busca da família como um dos focos do atendimento.

Redes de Programas e Serviços/Fluxos de Atendimento

- Experiência de Florianópolis: mobilização, construção de fluxo único, garantia imediata de atendimento com a preocupação de não revitimização, criação de uma comissão permanente para avaliar e viabilizar o atendimento na rede e organização de um banco de dados com instrumental único para toda rede.
- Apresentação da experiência do CEDECA/BA.
- Relação à retirada sustentável de crianças e adolescentes do trabalho; o

espaço da escola, às vezes, torna-se mais propício para o aliciamento do que para a prevenção e enfrentamento da exploração sexual; não existe proposta sistemática de atividades no contra-horário (Jornada Ampliada) para crianças e adolescentes, salvo iniciativas de algumas organizações não-governamentais; não existe uma estratégia sistemática de atuação junto às famílias tanto para o acolhimento, quanto para a implementação de atividades de geração de renda.

- Importância da articulação entre os diferentes setores, para o necessário compartilhamento de tarefas e responsabilidades.
- O Plano Nacional de Combate à Violência Sexual define seis eixos de atuação e a articulação em rede deve prever tanto ações preventivas quanto de atendimento propriamente dito.
- A perspectiva do trabalho deve estar alinhada ao conceito da proteção integral, com envolvimento dos diferentes atores no processo de capacitação para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.
- Reconhecimento do papel preponderante do Sentinela na construção e operacionalização da rede – como uma das principais “portas de entrada” do atendimento e retaguarda qualificada do Conselho Tutelar.
- Necessita acionar os instrumentos jurídicos e institucionais para trabalhar em rede.
- Temos várias instituições agindo de forma isolada, não estabelecem interfaces.
- A busca ativa de crianças e adolescente pressupõe que os Sentinelas se insiram na rede de serviços como espaço de atendimento especializado, que pode desenvolver uma ação própria ou se articular com entidades e órgãos que já atuam nessa perspectiva.
- A busca ativa implica na existência ou criação de serviços, que correspondam às necessidades e desejos das crianças e adolescentes com os quais se conseguiu uma aproximação. O Centro de Referência do Sentinela pode ou não ser acionado neste processo de intervenção.

Dificuldades/Obstáculos

- Não entendimento de que a questão da violência sexual de crianças e adolescentes requer uma mobilização das 3 esferas do poder, no que diz respeito à justiça, saúde, assistência social e educação.
- Não garantia de continuidade do atendimento e acompanhamento das vítimas e familiares.
- Ausência de: programas de retaguarda, família acolhedora, clínicas de atendimento especializado (psiquiatria, psicologia, desintoxicação, acompanhamento - DSTs).

- Indefinição da missão do Programa Sentinela: limites de atuação; atribuições; metodologia de trabalho; resolatividade do serviço; formação técnica e política para a metodologia escolhida; supervisão continuada seja clínica ou institucional.
- Indefinição do quadro profissional do Sentinela: vínculo trabalhista; critérios padronizados de remuneração e jornada de trabalho.
- Indefinição do locus do Programa Sentinela na rede de atenção à criança e adolescentes em situação de violência e exploração comercial.
- Desencontros teóricos e práticos entre a área de atenção psicossocial (saúde mental/assistência social) e a jurídica.
- Ineficácia de adesão dos agressores e famílias a sentença judicial – tratamento psicoterápico.
- Inexistência de acompanhamento dos processos judiciais.
- Ausência de Varas, Delegacias, Promotorias e Defensorias Especializadas.
- Exposição permanente da criança e adolescente nos diversos depoimentos e entrevista seja na assistência ou na justiça.
- A criança e o adolescente no meio jurídico não são vistos como sujeitos, mas como instrumentos ou peças do processo judicial.
- Banalização dos crimes contra os costumes no meio Judiciário.
- Morosidade do sistema Judiciário.
- O Sentinela tem pouco internalizado a cultura do trabalho em rede.
- Insegurança dos técnicos da rede no seu exercício profissional – riscos pessoais permanentes.
- A prevalência de modelos superados na rede de atendimento.
- Os serviços de saúde tratam, em geral, superficialmente as crianças e adolescentes, não observando seu contexto.
- Os Conselhos Tutelares, às vezes, representam interesses político-econômicos que comprometem seu desempenho.
- A estrutura do Sentinela é insuficiente para dar conta da complexidade da exploração sexual.
- Há uma falta de compreensão da complexidade do fenômeno, valorizando muitas vezes só a dimensão econômica: como consequência, há baixa capacitação dos agentes da rede.
- Existem muitos locais com rede insuficiente ou inexistente.
- A mídia reforça idéias e práticas que ajudam a banalizar a exploração sexual.

- Necessidade de diagnóstico mais específico da problemática no âmbito dos municípios e em caráter nacional.
- Conceitos adotados pela área social e jurídica: mudança do Código Penal – necessária, porém, a longo prazo é a mudança de mentalidade/cultural – imediata e processual.
- Ouvir o adolescente em situação de exploração sexual – protagonismo juvenil.
- Atender numa perspectiva da eliminação da modalidade da prostituição até os 18 anos.
- Fragilidade do processo de participação: percebe-se dois movimentos distintos estratificados pela participação burocrática (designação) ou pela luta social.
- Ausência ou fragilidade de participação dos Conselhos de Direitos no processo de liderança da mobilização dos diversos setores.
- Falta de lastro dos Planos Municipais, pois são fundamentados ou precedidos dos Planos Municipais de Atendimento elaborados pelos Conselhos de Direitos e/ou a partir das diretrizes estabelecidas.
- Pouca integração entre as organizações que compõem um Conselho de Direitos e sem domínio de suas atribuições; não há uma discussão sistemática de políticas que devem ser priorizadas pelos municípios; as plenárias se dão com quóruns mínimos.
- As ações cotidianas e excesso de demandas prejudicam a atuação eficaz das entidades nos Conselhos.
- O segmento jovem acaba por reproduzir a cultura do trabalho isolado.
- A participação juvenil é prejudicada pelas suas limitações de tempo, dado a necessidade primordial em se vincularem a situações que lhes assegurem renda.
- A rede não está integrada, principalmente, no âmbito do poder público – há pouca disponibilidade da rede pública atender encaminhamentos de outros serviços públicos. Os serviços operados pela sociedade civil são mais disponíveis.
- Papéis e funções não definidos de todos os atores que compõem a rede: às vezes, os valores pessoais sobrepõem à atuação do profissional e quase sempre são ligados à moral ideológica.
- Teorias e práticas distantes da realidade dos casos atendidos.
- Falta de sistematização das ações e de um referencial teórico de prevenção.
- Entender o papel do Sentinela como mais um ator componente da rede (principalmente Saúde, Educação e Justiça).

- Profissionais são capacitados mas não conseguem articular as ações dentro de suas organizações, estabelece-se uma confusão de papéis (representantes da rede, da instituição e profissional).
- Identificar e notificar os casos por parte das instituições da rede, devido a ausência de instrumentais técnicos para acompanhar e monitorar os casos.
- Compreender a diferença entre notificar o caso e encaminhar a criança.
- Socializar as ações preventivas para co-responsabilização entre os diversos atores/instituição/sociedade.
- Falta do mapeamento de todas as ações realizadas por diversas instituições nos 3 níveis de governo e da sociedade civil organizada.
- Falta de recursos; atraso no repasse de recursos para pagamento de pessoal.
- Alta rotatividade dos recursos humanos.
- Ausência de capacitação sistemática das equipes e da rede de serviços.
- Falta de pesquisas que revelem dados qualitativos e quantitativos sobre a realidade local da exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Dificuldade de estabelecer estratégias na busca ativa, devido à diversificação dos ambientes onde ocorre exploração sexual: bordéis fechados, programas por celular...
- Busca pouco ativa da família e de espaços de inclusão.
- Falta de capacitação e comprometimento das equipes de educadores.
- A questão econômica na exploração sexual não encontra respostas no atendimento e na busca ativa.
- Existem diferenças nas estratégias de busca em casos de abuso e de exploração sexual.
- O não desmantelamento de redes de exploração sexual pela justiça e polícia.
- Como a rede dá suporte para a ação após a busca ativa.
- Convencer o próprio educador a fazer a busca ativa.
- Espaço de abrigo não corresponde à necessidade de acolhimento ou moradia.

Fatores Facilitadores

- Envolvimento dos jovens no enfrentamento da exploração sexual.
- Integração dos vários participantes da rede no processo de intervenção.
- Criação de comissão permanente para avaliação e viabilização no atendimento.

- Nos municípios onde existe o Programa Sentinela, há um lócus privilegiado para mobilização.
- Grande parte dos municípios já dispõem de espaços de articulação da sociedade civil – Fóruns DCA, Fóruns e Comissões de Combate e Planos Municipais de Combate ou Enfrentamento à Violência Sexual.
- A participação dos Conselhos é fundamental.
- Os serviços de educação são sensíveis à integração com as ações do Sentinela, principalmente na realização de processos de sensibilização.
- Os Sentinelas têm uma vocação natural para processos sensibilizadores e quando acontece, todos os setores participam, inclusive os jovens.
- Os Sentinelas devem ter uma participação ativa na construção dos Planos municipais, num processo de ampla discussão a partir do diagnóstico local.
- Compromisso dos profissionais: identidade com a causa, interesse e vontade política para intervir na área de exploração sexual.

Recomendações para o redesenho do Programa Sentinela

- Fortalecer a especificidade do Programa Sentinela, com garantia de atendimento especializado às vítimas de violência sexual e suas famílias.
- Garantir o atendimento ao adolescente agressor no Sentinela e ao adulto em outros serviços da rede, previstos na política de atendimento.
- Garantir a presença de advogados no Sentinela.
- Viabilizar retaguardas específicas como famílias acolhedoras e redimensionar a proposta já existente.
- Integração do Sentinela com o programa de geração de trabalho e renda, principalmente para as vítimas de exploração sexual.
- Uniformizar a rede (Delegacias, hospitais, ONGs), com dados sobre a demanda e atendimento a crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual.
- Garantir atividades de prevenção.
- Estabilidade e garantia financeira necessária para continuidade do Programa Sentinela.
- Programa Sentinela e Conselho Tutelar devem integrar-se à rede de atendimento.
- Clareza de competências: Sentinela e demais componentes da rede.
- Promover capacitação continuada para todos os serviços da Rede de Atenção a Criança e Adolescentes em situação de violência.

- Fortalecer todos os integrantes da Rede: Assistência Social, Saúde, Educação, Defesa de Direitos, etc.
- Promover uma política de atendimento ao agressor: identificar os diferentes perfis dos agressores (faixa etária, quadro clínico, etc); diferenciar de acordo com o perfil do agressor a penalidade e/ou tratamento.
- Garantir o acesso de profissionais da área de saúde e da assistência social aos julgamentos dos processos criminais.
- Definir tempo máximo de julgamento dos processos de crimes contra as crianças e os adolescentes.
- Promover a criação de Varas, Delegacias, Promotorias, Defensorias Especializadas, de acordo com critério populacional.
- Promover a modificação do Código Penal para que todos os crimes contra o costume sejam de ação pública e incondicionada.
- Alterar o sistema de dados dos registros de processos, incluir faixa etária e código do crime.
- Promover momento de formação integrada entre a área jurídica e da saúde e assistência: discussão da prova do crime; gravidade e impacto da violência na vida da criança e do adolescente.
- Discutir a aplicação das penas alternativas como medidas punitivas para os agressores de crianças e adolescentes.
- Solicitar ao Ministério da Justiça que implemente normativa sobre os procedimentos de punição e tratamento das famílias, dos agressores e vítimas.
- Solicitar ao Ministério da Justiça que inclua na pauta do colegiado de Desembargadores do Supremo Tribunal de Justiça a priorização do julgamento dos processos de crimes contra a infância e a adolescência, bem como a instalação emergencial de Varas, Delegacias, Promotorias e Defensorias Especializadas.
- Solicitar ao Ministério da Saúde a implementação imediata dos protocolos de atendimento às vítimas de violência: Profilaxia DST/AIDS; Contracepção de emergência.
- Solicitar ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, via PAIF, o suporte social econômico às famílias em que o agressor era provedor e foi afastado do lar ou preso.
- Garantir que a Coordenação Nacional do Programa Sentinela democratize o repasse para todas equipes do País dos Guias: “Programa Sentinela: Reflexão e Prática” e “Guia operacional para funcionamento dos Centros e Serviços de Referência do Programa Sentinela”.
- Garantir que o depoimento seja único em todo processo judicial; que a avaliação médica possa valer como prova legal; que a avaliação e/ou laudo

psicológico tenha valor legal no processo judicial.

- Definir e garantir a responsabilidade do Estado na atenção à criança e ao adolescente.
- Reavaliar o público alvo do Programa Sentinela: violência sexual; todas as violências.
- Rever a estrutura do Sentinela para dar conta da abordagem e atendimento das crianças e adolescentes em situação de exploração sexual (número de educadores sociais e a presença de advogado, por exemplo).
- Formular estratégias e capacitar a equipe do Sentinela na abordagem e atendimento das crianças e adolescentes em situação de exploração sexual.
- Estabelecer um pacto nos municípios, de caráter político, com o objetivo de comprometer os diversos setores locais com a luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes (PAIR).
- Estabelecer uma comissão composta por diversos segmentos, inclusive com a presença da mídia, para acompanhar as ações locais de combate da exploração sexual.
- Capacitar a rede de forma ampla: saúde, educação, Conselhos, polícias e etc, com o objetivo de criar condições de denúncia, acompanhamento e reinserção dessas crianças e adolescentes na família, escola, programas de profissionalização e ações de arte, cultura e lazer.
- Realizar uma discussão metodológica para a realização de pesquisa/diagnóstico da exploração sexual, envolvendo técnicos e especialistas da área e órgãos governamentais como o IBGE e o IPEA.
- Realizar seminário sobre o marco legal no âmbito da exploração sexual: mudanças na legislação e responsabilização.
- Dar continuidade às discussões para o redesenho dos indicadores e instrumentos, a partir dos conceitos e finalidades definidos.
- Revisão dos conceitos de abuso e exploração adotados: inserir esses conceitos nos instrumentais.
- Mudança do paradigma da visão de vítima, agressor, abusador. Exemplo: nos casos de exploração sexual, abordar a questão da criança e adolescente atendida a partir da visão onde ela se encontra.
- Definir com mais clareza os objetivos e a finalidade da ação do Sentinela.
- Compatibilização dos instrumentos Sentinela, SIPIA, Delegacias (Sistema de Notificação).
- Capacitar profissionais do Sentinela para atender, e relacionar os conceitos da área social com os termos jurídicos.

- Tratar de forma específica a exploração sexual com crianças e a com adolescentes.
- Aprofundar, nos documentos do Sentinela e na capacitação das equipes, o conhecimento sobre sexualidade dentro da perspectiva dos direitos sexuais e da diversidade.
- Definir uma abordagem diferenciada junto aos adolescentes que estão inseridos na situação de exploração como autônomos – sem a figura de agenciadores (as).
- Inserir na metodologia de atendimento do Sentinela a discussão com adolescentes em situação de exploração sexual comercial sobre as políticas e alternativas.
- Ter espaços para coleta de dados junto ao público atendido como forma de facilitar a elaboração de uma metodologia de trabalho.
- Trabalhar a vulnerabilidade das profissionais nos programas que vêm sem consistência e continuidade.
- O Plano deve se constituir como um instrumento concreto de mobilização, formação e organização da rede.
- Evitar a criação de espaços de articulação paralelos.
- A Rede Estadual deve ter uma ação estimuladora, fomentadora e atuar como suporte aos processos municipais e às áreas de saúde e educação para integrar a rede.
- O município deve-se voltar para intervenção.
- Os serviços devem elaborar planos de ações anuais, referenciados nos Planos municipais, com previsão de integração das áreas de educação e saúde.
- Os processos de sensibilização devem se dar de maneira consorciada na rede, com harmonização de conceitos e concepções sobre o tema.
- As atividades do dia 18 de maio devem ser agregadoras de ações e serviços.
- Os Planos devem garantir a continuidade dos serviços e o acompanhamento permanente; prever ações interinstitucionais e multiprofissionais; respeitar e fortalecer o princípio da complementaridade das ações em rede integrada de atenção, defesa e responsabilização; devem ser constituídos de ações reconhecidamente exequíveis em um determinado prazo; dotar os recursos orçamentários necessários ao desenvolvimento das ações elencadas como prioritárias.
- O poder público e a sociedade civil, por meio de suas organizações, devem garantir o suporte operacional para o processo de mobilização.
- Os Sentinelas podem e devem atuar no processo de mobilização para aglutinação dos serviços da rede.

- Os dados sobre a realidade, nas diversas instâncias da rede, devem estar organizados para compor um Banco de Dados que seja permanentemente alimentado.
- As ações elencadas nos Planos devem contemplar a identificação dos resultados quantitativos e qualitativos que se pretende alcançar.
- Construção de instrumentais de avaliação que meçam a amplitude dos resultados de cada ação.
- O Sistema de Acompanhamento deve se dar durante todo o processo de implementação dos Planos de forma a subsidiar os reordenamentos necessários.
- Reafirmar: o marco histórico, sua importância dentro do processo de reconhecimento dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, para uma melhor compreensão dos profissionais vinculados ao Sentinela e dos que atuam na rede; as questões intrínsecas no campo da subjetividade e da realidade social que envolve cada caso de violência sexual contra crianças e adolescentes.
- O trabalho de capacitação dos atores da rede deve possibilitar uma reflexão sobre suas responsabilidades e limitações, além de ampliar o diálogo intra e interinstitucional para a construção efetiva das ações em rede.
- Necessidade de estruturação de uma matriz metodológica com conteúdos mínimos, que propicie embasamento teórico dos diversos atores da rede.
- Os profissionais envolvidos no processo de capacitação devem ter um olhar diferenciado e humanizado, que possibilite uma intervenção adequada e qualificada por parte da rede de atenção a criança e ao adolescente.
- As experiências práticas devem subsidiar a construção de conhecimentos e novas teorias (o cotidiano alimentando e retro-alimentando o processo).
- Identificar papéis e funções dentro do fluxo de atenção integral à criança e ao adolescente.
- No trabalho de prevenção deve ser ressaltada a importância da identificação/notificação dos casos.
- Fortalecimento de todas as instituições que compõem a rede de atenção.
- Incluir a comunidade no trabalho preventivo.
- Modelo descentralizado de atuação dentro do Programa Sentinela.
- Garantia dos direitos profissionais.

- Capacitação contínua em nível regional dos operadores do Sentinela e da rede, levando em consideração os especialistas da região.
- Garantir recursos dos Fundos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, para capacitação contínua das pessoas que compõem a rede.
- Definição do caráter de intervenção do Sentinela (defesa, proteção, combate, repressão, atendimento).
- Articulação com organizações e entidades na ação de busca ativa (educadores de rua, de saúde...).
- Mapeamento sócio-antropológico e demográfico dos espaços e caracterização do perfil dos atores envolvidos: aproximação processual; “conquista” e criação de vínculo.
- Criação de espaços de convivência atrativos e referenciais, nos locais de concentração do público alvo.
- Envolver os jovens de forma protagônica na busca ativa.
- Estimular a busca espontânea através da divulgação do serviço por meio de campanhas.
- Ativar as redes de proteção e serviços (lazer, educação, saúde, jurídico, assistência) e/ou provocar a criação de serviços formais ou informais.
- Articular com o sistema de segurança para que este encaminhe ao Sentinela as crianças e adolescentes encontrados em sua busca repressiva.
- Transformação do Programa em serviço continuado, com previsão de financiamento sistemático.
- Organização da prestação dos serviços por complexidade e porte dos municípios.
- Realização de encontros, com gestores estaduais e municipais, para repactuação dos critérios de elegibilidade e financiamento, com participação da coordenação, Fóruns e Comitês.
- Definição clara das atribuições técnicas e financeiras das três esferas de governo e com previsão normativa.
- Desvinculação do repasse de recursos à exigência de Certidão Negativa de Débitos (CND), com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), enquanto serviços essenciais nas áreas de saúde, educação e assistência social.
- Compromisso de que a partir de janeiro/2004 os serviços tenham tempo hábil para transformação em Centros de Referência.
- Publicização do orçamento aprovado e do executado, com exigência de execução total.

- Realização de estudo para gestão compartilhada em consórcio de serviços de referência regional.
- Garantia, através de dotação orçamentária municipal, de rubrica para pagamento dos encargos sociais dos técnicos.
- Fomento das campanhas de captação de recursos para os respectivos fundos.
- Inclusão da temática “financiamento”, como conteúdo de seminário ministrado por profissionais especializados.

Considerações Finais Consider

boas práticas

resultados

Considerações Finais

O Gerente de Projeto Especiais esclareceu para a plenária as questões relativas à repactuação do financiamento do Programa Sentinela, posto que ainda não é matéria compreendida por todos. Lembrou que a necessidade de definir claramente as atribuições do Governo Federal, Estadual e Municipal no financiamento dessa ação está sendo discutida desde o começo de março.

O Programa caminha, efetivamente, para um processo de transição do financiamento dessas ações a partir de 2005. Todos têm a compreensão que a responsabilidade é das três esferas de poder. O Governo Federal, hoje, financia as equipes de trabalho, a contratação de pessoal ocorre no âmbito dos municípios e de variadas formas: prestação de serviços, sem registro em carteira e sem garantias trabalhistas. As prefeituras utilizam vários procedimentos para que isso aconteça: contratam ONGs via fundo e este repassa os recursos; outras têm uma deliberação, uma permissão da Câmara Municipal para contratar por quatro anos.

Portanto, nesse processo, o Governo Federal não pode indefinidamente financiar recursos humanos para assistência social no âmbito dos municípios.

Ao mesmo tempo, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome definiu os recursos no seu PPA 2004/2007, para apoiar os 315 municípios que já estão na rede e incorporar mais 100 municípios, com previsão orçamentária anual até 2007. A meta é incorporar mais de 500 municípios ao Programa.

Portanto, esse processo de financiamento de recursos humanos deve migrar paulatinamente para uma pasta dos municípios. Isto não implica que o Governo Federal deixará de alocar recursos para ações de atendimento, especialmente para potencialização das redes de atenção. A previsão para esses quatro anos, inclusive com o orçamento de 2004, é que tenha

mais recursos.

Em 2004, começará a negociação com os municípios para que, a partir de 2005, passem a assumir progressivamente as equipes de trabalho. O governo entende que pode caminhar como a área da saúde e da educação, que hoje são equipes assumidas pelos municípios, com recursos federais, mas não necessariamente para garantir uma rede de atendimento em termos de pessoal.

Encerramento

A solenidade de encerramento do Colóquio contou com a presença da Ministra Benedita da Silva, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Representante do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, do Representante do POMMAR-USAID e do Gerente de Projetos Especiais do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Professor Joseleno, Gerente de Projetos Especiais, pontuou para a Ministra que foram dois dias profícuos e de intenso trabalho, que iniciou nas discussões nos estados e municípios para o redesenho do Programa Sentinela. O Colóquio é mais uma etapa desse processo, que continuará durante o ano de 2004 com encontros nos estados para discutir o produto desse evento, que será publicado com financiamento da Organização Internacional do Trabalho.

Em seguida duas representantes do Programa Sentinela dos estados fizeram uso da palavra e entregaram um documento à Ministra, onde pontuam a dificuldade que estados e municípios têm em relação à demora do repasse financeiro, que poderá até inviabilizar os trabalhos.

A palavra foi dada à representante do POMMAR-USAID, que afirmou que a cooperação internacional, para o desenvolvimento de um programa nessa área no Brasil, continua disponível para contribuir à discussão de questões que são tão pertinentes no campo da infância e da adolescência no Brasil.

Disse estar convencida cada vez mais, apesar de todas as dificuldades aqui apontadas, (operacionais, técnicas, humanas, conceituais, metodológicas, em quaisquer níveis que elas possam estar sendo pensadas), que não podemos deixar de colocar como preponderante o papel que exercem os agentes e os operadores do sistema em relação à implementação desse Programa nos municípios brasileiros.

Neide Castanha, representante do Comitê Nacional, ressaltou que a participação do Comitê dentro deste processo se faz necessária. Porque são eventos e resultados dessa natureza, encontros e desencontros que se fazem no campo da idéia, do pensamento e da divisão das práticas, que nos fazem animar e preparar para o enfrentamento de um fenômeno da complexidade como é a violência sexual contra a criança e o adolescente.

Enfatizou ainda a presença da Ministra no evento, o que demonstra o compromisso que o Governo Federal assume perante a sociedade.

Para finalizar o Colóquio a Ministra fez uso da fala, cumprimentou e parabenizou a todos no papel de anfitriã. Disse acreditar que a iniciativa desse colóquio e dessa repactuação trouxe momentos de intercâmbio de experiências e amadurecimento nesse processo de reestruturação, de reformulação não apenas das práticas, mas das políticas públicas na área de assistência social.

O Governo Federal deu apoio para a continuidade das ações, principalmente do Sentinela. Em relação ao pagamento não tinha como atualizar, porque já havia dívidas referentes aos meses de agosto, setembro e outubro do ano passado. O Ministério está em fase de regularizar esta situação, que depende também da inadimplência dos municípios.

Os recursos são passados fundo a fundo, foi encontrada situação de inadimplência, fundo repassado para o estado que por sua vez não repassou para o município. E o município desinformado...

Então, essa política precisa ser uma política descentralizada e transparente, para que todos possam acompanhar a movimentação.

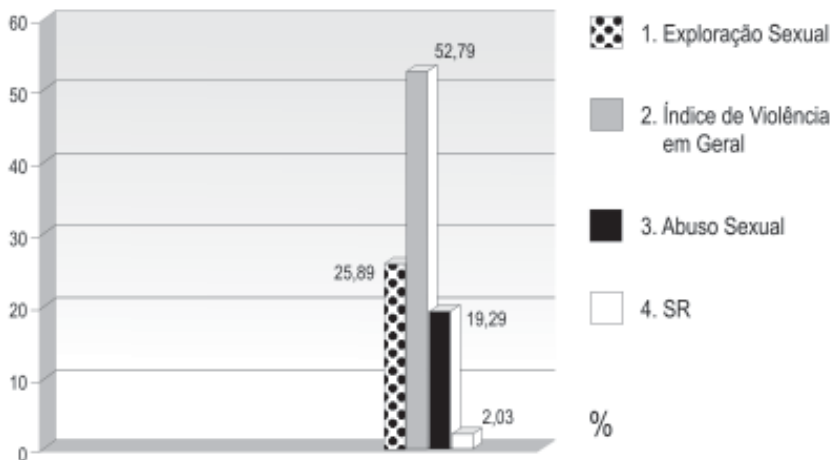
Agradeceu e parabenizou o Professor Joseleno pelo seu incansável trabalho frente à Gerência de Projetos Especiais, os parceiros e parceiras, na certeza de que todos contribuirão muito para o avanço no redesenho do Programa Sentinela.

Anexos

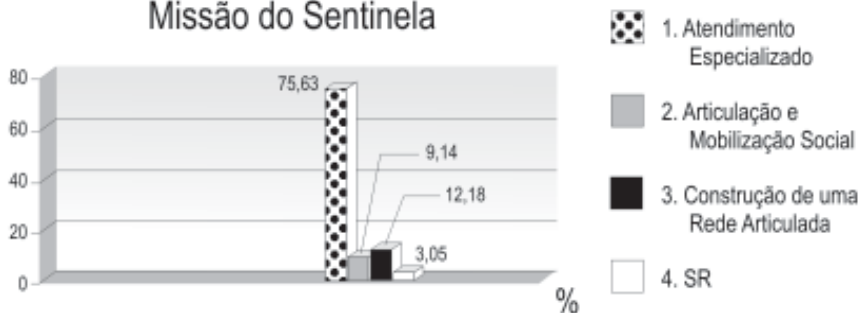
An
anexo
nex
anexos

1- Avaliação Descritiva do Programa Sentinela - MDSCF

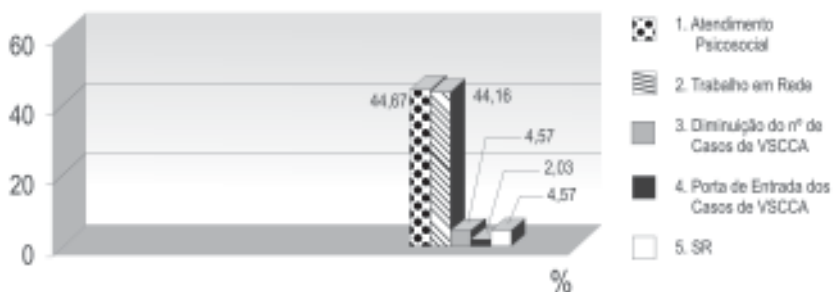
Caracterização da Problemática nos Municípios



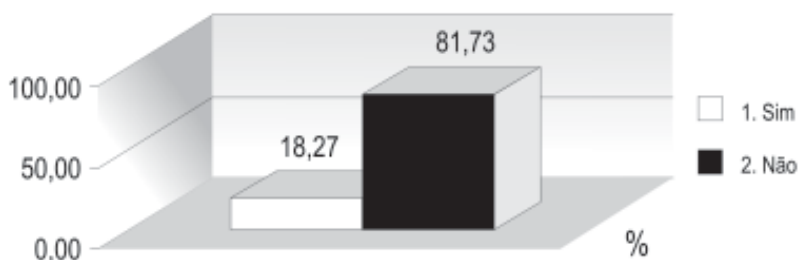
Missão do Sentinela



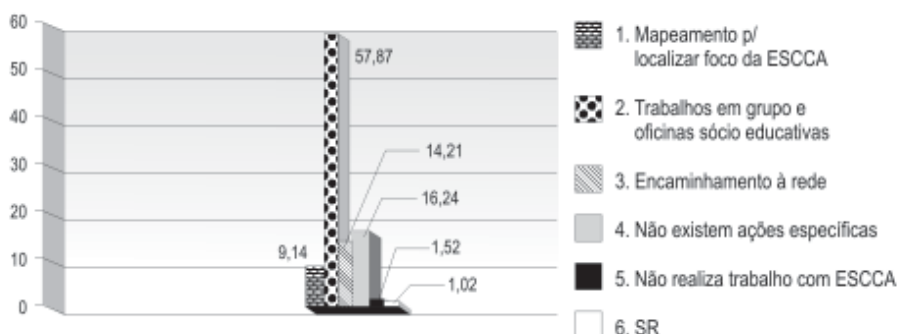
Papel Ocupado pelo Centro/Serviço no Fluxo de Atendimento



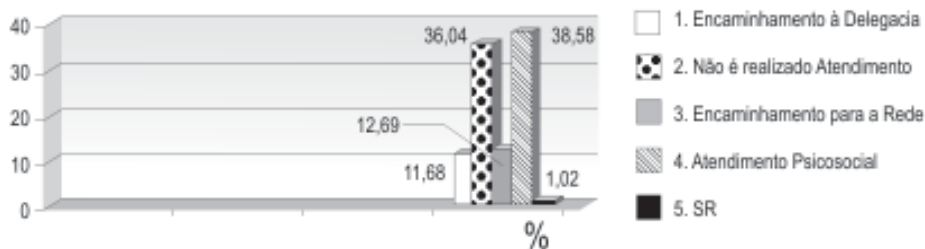
Famílias Acolhedoras



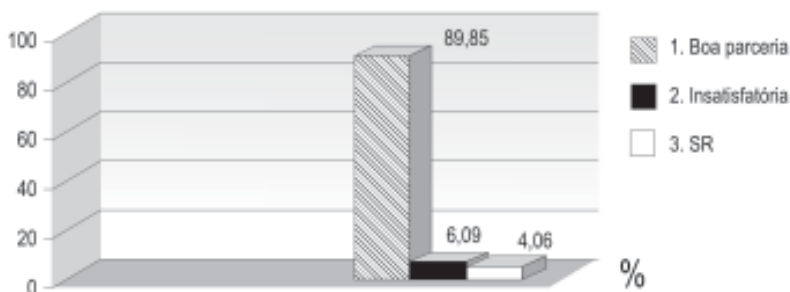
Atividades Desenvolvidas com C/A Vítimas de Exploração Sexual Comercial



Procedimentos Realizados com os Agressores

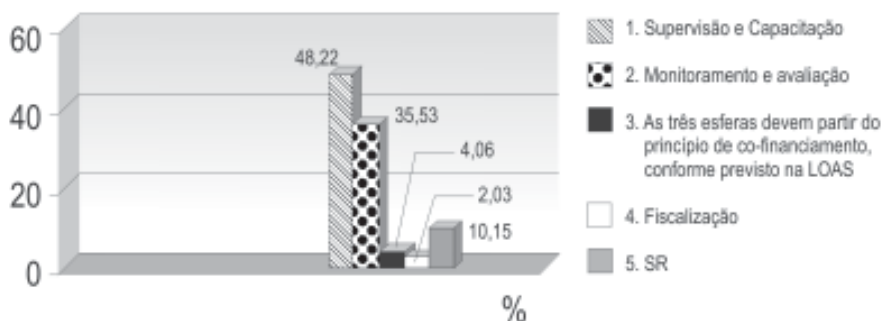


Conselho Tutelar

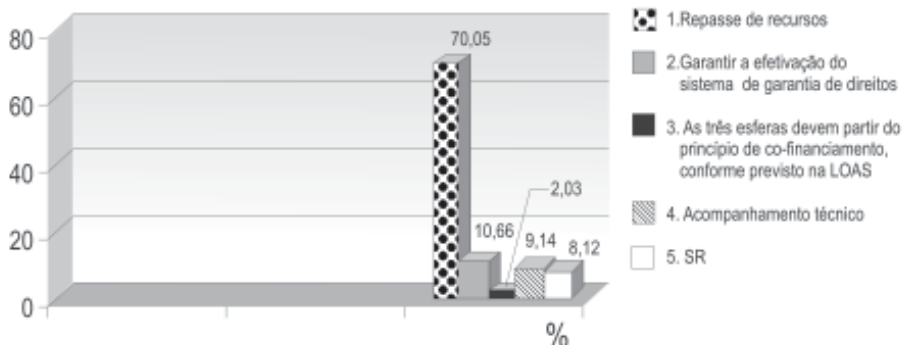


Relação entre Estados e Municípios	Nº	%
1. Trabalhos sistemáticos de monitoramento e avaliação	60	38,22
2. Capacitação	13	8,28
3. Orientação Técnicas	32	20,38
4. Articulador com o Governo Federal	24	15,29
5. Não há parecer	14	8,92
6. A relação se dá de forma ágil e clara	5	3,18
7. SR	9	5,73
TOTAL	157	100,00

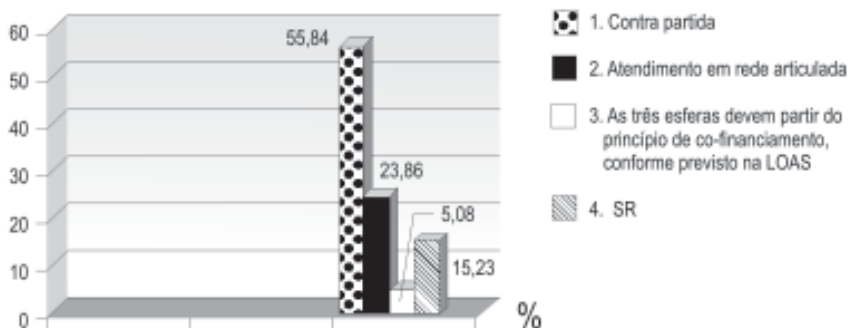
Papel dos Estados



Papel da União



Papel dos Municípios



Dificuldades Encontradas para o Desenvolvimento das Ações	Nº	%
1. Questões sócio-culturais	8	4,06
2. Falta de atores fundamentais na composição da rede	31	15,74
3. Falta de programas de geração de renda	11	5,58
4. Falta de Integração/Estrutura da Rede	22	11,17
5. Problemas com o repasse de recursos pelo Governo Federal	54	27,41
6. Dificuldade no atendimento do agressor	16	8,12
7. Falta de abrigos e família acolhedora	7	3,55
8. Revitalização das crianças e adolescentes	3	1,52
9. Burocracia dos Governos Federal e Estadual	9	4,57
10. Outros (falta de material de mobilização, atendimento das famílias)	26	13,20
11. SR	10	5,08
TOTAL	197	100,00

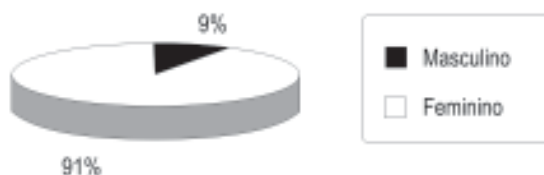
Alterações que deveriam ocorrer na implantação/ implementação dos centros/serviços	Nº	%
1. Aumentar número de profissionais	13	8,28
2. Supervisão e capacitação continuada	37	23,57
3. Projetos de geração de renda	5	3,18
4. O programa deveria contemplar nº maior de municípios	10	6,37
5. Incluir profissional da área jurídica	9	5,73
6. Maior enfoque nas questões relativas à ESCCA	3	1,91
7. Contar c/ estrutura e diagnóstico prévia.	24	15,29
8. Que o Sentinela torne ação continuada/garantia do atendimento sem interrupção	21	13,38
9. Focalizar o atendimento nos casos de VSCCA	1	0,64
10. Outros	26	16,56
11. SR	8	5,10
TOTAL	157	100,00

2- Perfil dos Participantes

Participantes por representação e sexo

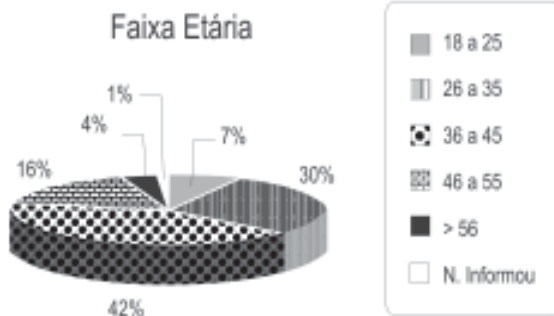
Nº	Estado	Part.	SEXO		CAP	INT	MIN	OG	ONG	SENT
			F	M						
1	Acre	1	-	1	1	-	-	-	-	1
2	Alagoas	2	-	2	1	1	-	-	1	1
3	Amapá	2	-	2	1	1	-	1	-	1
4	Amazonas	1	-	1	-	1	-	-	-	1
5	Bahia	5	1	4	4	1	-	4	-	1
6	Ceará	2	-	2	-	2	-	-	1	1
7	Distrito Federal	7	-	7	1	5	6	-	1	-
8	Espírito Santo	2	-	2	-	2	-	1	1	-
9	Goiás	13	-	13	7	6	-	5	-	8
10	Maranhão	1	-	1	-	1	-	1	-	-
11	Mato Grosso	4	-	4	1	3	-	3	-	1
12	Mato Grosso do Sul	3	-	3	1	2	-	2	-	1
13	Minas Gerais	2	-	2	1	1	-	-	1	1
14	Pará	3	1	2	3	-	-	2	1	-
15	Paraíba	1	-	1	1	-	-	-	-	1
16	Paraná	3	-	3	2	1	-	2	-	1
17	Pernambuco	4	-	4	2	2	-	1	1	2
18	Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19	Rio de Janeiro	5	-	5	2	3	-	2	1	2
20	Rio Grande do Norte	2	-	2	2	-	-	1	-	1
21	Rio Grande do Sul	4	-	4	2	2	-	4	-	-
22	Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
23	Roraima	2	2	-	1	1	-	1	-	1
24	São Paulo	7	2	5	4	3	-	3	1	3
25	Santa Catarina	2	-	2	1	-	-	1	-	1
26	Sergipe	1	-	1	1	-	-	1	-	-
27	Tocantins	2	-	2	2	-	-	1	-	1
TOTAL		81	6	75	41	38	6	36	9	30

Participantes por Sexo



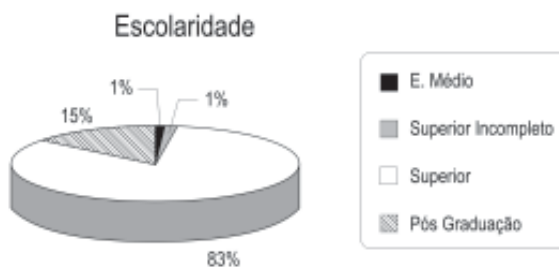
Participantes por faixa etária

FAIXA ETÁRIA						
18 a 25	26 a 35	36 a 45	46 a 55	> 56	Não Informou	Total
6	24	34	13	3	1	81



Participantes por grau de escolaridade

ESCOLARIDADE							
Ensino fund.	Ensino Médio Inc.	Ensino Médio Com.	Superior Inc.	Superior Com.	Pós-Grad.	Não Inf.	Total
-	-	1	1	67	12	-	81



Avaliação do Colóquio

	Colóquio atingiu objetivo	Oficina temática atingiu o objetivo	Participação efetiva no colóquio
Sim	13	17	28
Em parte	13	12	03
Não	05	02	-
Total	31	31	31